

# PIM AMAZÔNIA

POLÍTICA • INDÚSTRIA • MEIO AMBIENTE



ISSN 2359-3369 R\$ 25



ANO XV • ED. 184 • JULHO 2025  
WWW.PIMAMAZONIA.COM.BR

BALPONTE

## ESPECIAL

135 ANOS DE BOA VISTA: DESAFIOS E  
POTENCIAL DE UMA CAPITAL AMAZÔNICA

## INDÚSTRIA

SETOR DE DUAS RODAS CRESCE 15% NO  
PRIMEIRO SEMESTRE

# RORAIMA **CONECTADA**: O QUE PODE MUDAR COM O LINHÃO DE TUCURUÍ EM FUNCIONAMENTO

A NOVA CONEXÃO PROMETE TRANSFORMAR O SETOR ELÉTRICO, ATRAIR  
INVESTIMENTOS E MUDAR A ROTINA DA POPULAÇÃO

# OPERAÇÃO CHEIA

2025

2024

2023

2022

2021

2020

2019

2018

2017

2016

LEVANDO CUIDADO À POPULAÇÃO!

**+ DE 2000**  
**FAMÍLIAS BENEFICIADAS**

Com planejamento e estratégia, a Prefeitura de Manaus construiu mais de 3.200 metros de pontes e realizou a distribuição de 5 mil cestas básicas, 4.100 kits de higiene, 2.265 kits de limpeza, 200 colchões e 8 mil litros de água potável em 37 comunidades e 9 bairros atingidos pela cheia. Um trabalho coordenado que garante mobilidade, acesso e dignidade aos moradores dessas áreas, demonstrando que o cuidado com a população é prioridade durante todo o período de cheia. **Em caso de emergência, ligue para a Defesa Civil: 199.**



Prefeitura de

# Manaus

O trabalho não para



# Soluções **inteligentes** em embalagens **personalizadas**

Na indústria, a primeira impressão faz toda a diferença. Com as embalagens rígidas da Amazon Embalagens, seu produto ganha mais proteção, sofisticação e valor agregado.

**AMAZON**<sup>®</sup>  
EMBALAGENS



**Durabilidade, personalização  
e excelência em cada detalhe!**



**Criadas para resistir,  
projetadas para encantar!**

**Entre em contato e leve sua  
marca para outro nível!**

 **92 99377 7972**  **92 3672 2000**

 **@amazonembalagens**

 **www.amazonembalagens.com.br**



PRODUZIDO NO  
POLO INDUSTRIAL  
DE MANAUS  
  
CONHEÇA A AMAZÔNIA



# SUMÁRIO

ANO XV | EDIÇÃO 184 | JULHO DE 2025



# 18

## RORAIMA CONECTADA: O QUE PODE MUDAR COM O LINHÃO DE TUCURUÍ EM FUNCIONAMENTO



# 30

### ESPECIAL

135 ANOS DE BOA VISTA: DESAFIOS E POTENCIAL DE UMA CAPITAL AMAZÔNICA



# 58

### ARTIGO

CONCORRÊNCIA DESLEAL, UM RISCO REAL PARA A INDÚSTRIA, PARA O ESTADO E PARA O CONSUMIDOR



# 40

### ECONOMIA

ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO SÃO FORÇA ESTRATÉGICA DA ECONOMIA RORAIMESE



# 48

### INDÚSTRIA

CRESCIMENTO NA PRODUÇÃO DE MOTOCICLETAS ATRAI NOVOS INVESTIDORES PARA A ZFM

## SEÇÕES

EDITORIAL .....	8
CIRCUITO .....	12
CAPA .....	18
ESPECIAL .....	30
ECONOMIA .....	40
INDÚSTRIA .....	48
ARTIGO .....	58



Antes não tinha

# SAÚDE MODERNIZADA COM TECNOLOGIA E AMPLIAÇÃO DA REDE

AGORA TEM



Novos leitos de UTI  
no interior, Telessaúde  
em todo estado  
e muito mais.



**AMAZONAS**  
GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO  QUE  
  TRANSFORMA



Ano XV | Edição 184 | Julho de 2025  
Manaus / Amazonas / Brasil

[WWW.PIMAMAZONIA.COM.BR](http://WWW.PIMAMAZONIA.COM.BR)

POLÍTICA, INDÚSTRIA & MEIO AMBIENTE

#### EDITOR EXECUTIVO

Juarez Balduino C. Filho

#### FOTOGRAFIA

Arquivo Editora Balponte, Divulgação

#### REPORTAGEM

Francisco Gomes e Margarida Galvão

#### ESTAGIÁRIOS

Jornalismo: Karla Ximenes e Amanda Gabriele  
Arte: Bruno e José Victor Uchôa

#### REVISÃO

Juvenal Farias

#### ASSISTENTE DE REDAÇÃO

Paula Moreira

#### FALE COM A REDAÇÃO:

[REDACAO@PIMAMAZONIA.COM.BR](mailto:REDACAO@PIMAMAZONIA.COM.BR)

TEL: 92 98182-0518

#### PUBLICIDADE E PROJETOS ESPECIAIS

[COMERCIAL@PIMAMAZONIA.COM.BR](mailto:COMERCIAL@PIMAMAZONIA.COM.BR)

MANAUS/AM TEL: 92 98182.0032

#### ASSINATURAS E EDIÇÕES ANTERIORES

92 98182.0518

[ASSINATURA@PIMAMAZONIA.COM.BR](mailto:ASSINATURA@PIMAMAZONIA.COM.BR)

As opiniões contidas nos artigos assinados  
não correspondem necessariamente ao  
posicionamento da PIM AMAZÔNIA.



A Revista PIM Amazônia (ISSN 2359-3369) é uma publicação  
mensal da Editora Balponte - CNPJ: 03.855.866/0001-72



[www.aner.org.br](http://www.aner.org.br)

A Balponte é membro da Associação Nacional  
de Editores de Revista

## EDITORIAL

### ENERGIA, DESENVOLVIMENTO E O FUTURO DA AMAZÔNIA

A chegada do Linhão de Tucuruí a Boa Vista marca um divisor de águas para o desenvolvimento energético e econômico de Roraima. Pela primeira vez, o estado passa a ser plenamente integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN), encerrando décadas de isolamento elétrico e abrindo novas perspectivas para a expansão da indústria, dos serviços e da qualidade de vida no extremo norte do Brasil. Essa transformação é o tema da nossa matéria de capa — e representa mais do que infraestrutura: simboliza conexão, segurança e futuro.

Também destacamos nesta edição os 135 anos de Boa Vista, capital que vem se reinventando com inovação, inclusão social e desenvolvimento urbano sustentável. O especial traz uma leitura abrangente sobre os desafios e avanços da cidade, com entrevistas, dados e reflexões que inspiram outras capitais amazônicas.

Outro tema central é o debate sobre os incentivos fiscais em Roraima — um mecanismo essencial para a atração de investimentos e para a construção de uma nova base produtiva no estado. A matéria analisa o atual cenário legal, os impactos econômicos e as oportunidades abertas com os programas de estímulo ao empreendedorismo e à geração de empregos.

Com esta edição, seguimos nossa missão de cobrir os movimentos estratégicos que estão moldando a nova Amazônia: mais conectada, competitiva e comprometida com um futuro sustentável.

Boa leitura!



Acesse aqui a  
edição on-line

# OPINIÃO DO LEITOR

Um leitor informado também pode ser um leitor atuante. Participe, então, de nosso esforço para fazer uma Revista PIM Amazônia cada vez melhor. Envie sugestões para as próximas edições. O que você gostaria de ler aqui nos próximos meses? Críticas, denúncias, opiniões ou dúvidas: tudo isso é bem-vindo e não ficará sem resposta.

Estamos aguardando seus comentários.



## Participe!

[WWW.PIMAMAZONIA.COM.BR](http://WWW.PIMAMAZONIA.COM.BR)

[f](#) [@](#) [X](#) [in](#) [v](#) @pimamazonia

[✉ redacao@pimamazonia.com.br](mailto:redacao@pimamazonia.com.br)



ACRE • AMAZONAS • AMAPÁ • MARANHÃO • MATO GROSSO • PARÁ • RONDÔNIA • RORAIMA • TOCANTINS



## O Sabin sabe cuidar da sua saúde

Aqui no Sabin, cada detalhe foi pensado para o seu bem-estar: do atendimento humanizado aos nossos serviços exclusivos.

- Estacionamento gratuito
- Agendamento de coleta domiciliar
- Sexagem fetal
- Teste da Bochechinha
- Sala de coleta infantil
- Atendimento digital

Tudo isso com aquele acolhimento que só o Sabin tem. Estamos por toda a cidade, sempre prontos para cuidar de você e de quem você ama.

Horário de Funcionamento:  
Segunda a sexta: das 6h30 às 17h  
Sábado: das 7h às 11h

Horário de Coleta:  
Segunda a sexta: das 6h30 às 15h30  
Sábado: das 7h às 11h

Dentro da Sensumed:  
R. José de Arimateia, 146 - 2º Andar - Aleixo



[in](#) [X](#) [f](#) [@](#) [v](#) [sabin.com.br](http://sabin.com.br)  
92 2126-8000





# Relações de confiança são essenciais para se desenvolver e crescer

Tanto na vida pessoal quanto profissional,  
a confiança é essencial para a construção  
de um relacionamento sólido e saudável.



GESTÃO DE SEGURIDADE

## RORAIMA INSTITUI PROGRAMA ESTADUAL DO BANCO HÍDRICO



A Assembleia Legislativa de Roraima aprovou a criação do Programa Estadual do Banco Hídrico, com foco na preservação dos recursos hídricos e na valorização de práticas sustentáveis no campo. A proposta prevê o pagamento a produtores rurais que adotem medidas de proteção ambiental, como recuperação de nascentes, manutenção de matas ciliares e conservação de áreas de recarga hídrica.

Coordenado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Femarh), o programa será financiado com recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema). A adesão é voluntária e voltada a imóveis com até quatro módulos fiscais, priorizando pequenas propriedades. A medida representa um avanço nas políticas ambientais do estado, integrando conservação e incentivo econômico à produção rural sustentável.

## GENERAL VIANA FILHO ASSUME O COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA



O General de Exército Luiz Gonzaga Viana Filho assumirá a chefia do Comando Militar da Amazônia (CMA) no dia 19 de agosto de 2025, substituindo o General Costa Neves. Natural do Piauí e com forte vínculo com a região, Viana Filho comandou o 1º Batalhão de Infantaria de Selva Aeromóvel (1º BIS Amv) em Manaus entre 2009 e 2010, e atualmente atua no Comando Logístico do Hospital das Forças Armadas, em Brasília. Sua recente promoção a general quatro estrelas o habilita a assumir uma das mais estratégicas funções do Exército Brasileiro.

Sua chegada sinaliza a continuidade da linha institucional que valoriza a experiência em ambiente amazônico e reforça a presença militar como elemento de soberania, proteção ambiental e apoio às populações fronteiriças. Com perfil técnico, formação em logística e histórico operacional na selva, o General Viana Filho deverá manter a doutrina do “braço forte, mão amiga”, integrando ações de defesa, combate a ilícitos e cooperação com outras forças e órgãos civis no contexto cada vez mais sensível e geopolítico da Amazônia brasileira.

## INOVA AMAZÔNIA SUMMIT 2025 MOVIMENTA R\$ 28 MILHÕES E PROJETA A BIOECONOMIA REGIONAL NO CENÁRIO NACIONAL

Realizado em Macapá (AP), o Inova Amazônia Summit 2025 consolidou-se como o maior evento de bioeconomia e inovação da Amazônia Legal. Reunindo 117 startups, produtos com Indicação Geográfica e uma programação técnica intensa, o encontro movimentou cerca de R\$ 28 milhões em negócios e investimentos, conectando empreendedores, pesquisadores, fundos e órgãos públicos em torno de soluções sustentáveis baseadas na biodiversidade amazônica.

Mais do que uma feira de inovação, o evento se firmou como uma plataforma estratégica de valorização do conhecimento tradicional, da produção local e

da capacidade empreendedora da região. O espaço deu visibilidade a soluções tecnológicas voltadas para a preservação ambiental, a geração de renda e o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis – pilares essenciais para o desenvolvimento econômico da região em consonância com a conservação da floresta.

Durante o encerramento, foi anunciada a próxima edição do Summit, que ocorrerá em 2026 no Acre, reforçando o caráter itinerante e federativo da iniciativa. A cada ano, um novo estado amazônico assumirá o protagonismo da pauta da bioeconomia, fortalecendo o ecossistema de inovação da região e ampliando a articulação



entre Amazônia, Brasil e o mundo. A expectativa é que o legado construído em Macapá se expanda, consolidando o evento como referência nacional em inovação com propósito ambiental.

## AMAPÁ ASSINA PACTO FEDERATIVO PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

O Governo do Estado do Amapá, com apoio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), assinou um Pacto Federativo voltado à erradicação do trabalho escravo contemporâneo. O ato reforça o compromisso estadual de integrar-se à rede nacional de enfrentamento a essa prática, alinhando-se às diretrizes do Programa Federal de Combate ao Trabalho Escravo.

A iniciativa prevê ações coordenadas entre órgãos estatais e federais, promovendo a criação de comissões estaduais de fiscalização, além de fortalecer a cooperação técnico-institucional. O objetivo é intensificar a prevenção, identificação e responsabilização de violações trabalhistas análogas

à escravidão, consolidando uma estratégia integrada e sustentável no combate a essa grave violação de direitos humanos.

A adesão do Amapá é um passo relevante. Diante da persistência de casos em diversas regiões do país, é urgente que os demais estados sigam o exemplo e integrem o pacto. O combate ao trabalho escravo não pode ser

tratado como pauta periférica ou protocolar. É uma questão de dignidade humana, justiça social e civilidade institucional. O Brasil precisa agir de forma articulada e coerente, com todos os entes federativos, assumindo responsabilidades concretas nesse enfrentamento.



## GEOINTELIGÊNCIA IMPULSIONA O DESENVOLVIMENTO E A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DE RONDÔNIA

---



A Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) do governo de Rondônia dispõe de dados e informações que auxiliam decisões governamentais e de investidores, e contribui para a evolução da economia do estado. A IDE foi reconhecida como um produto inovador pelos organizadores da Esri User Conference (UC Esri 2024), maior conferência

internacional de Sistema de Informação Geográfica do mundo, que ocorreu de 15 a 19 de julho, em San Diego, nos Estados Unidos. O governador de Rondônia, Marcos Rocha salientou que o governo estadual tem investido em tecnologia e soluções geoespaciais para fortalecer o progresso e bem-estar social da população. “A infraestrutura de dados espaciais

de Rondônia evoluiu, tem ajudado muito no desenvolvimento do estado, e chama atenção global pelo potencial que tem demonstrado em contribuir com a economia nacional e internacional.”

O titular da Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico (Sedec), Sérgio Gonçalves ressaltou que a IDE de Rondônia trabalha com dados confiáveis e robustos. “Esses dados georreferenciados são capazes de traduzir a condição de um setor em um determinado geoespaço, o que ajuda na tomada de decisões não apenas para o governo, mas também para os investidores”, salientou.

## BOA VISTA SEDIA WORKSHOP VOLTADO À ARQUITETURA SUSTENTÁVEL

---

Boa Vista recebeu o Workshop de Construções Sustentáveis, reunindo profissionais, estudantes e entusiastas da arquitetura para discutir práticas ambientalmente responsáveis na construção civil. O encontro contou com a participação de Felipe Augusto Faria, CEO do Green Building Council Brasil (GBC Brasil), organização responsável por representar no país a certificação internacional LEED, principal selo mundial de construções sustentáveis.

Durante sua apresentação, Faria destacou o papel estratégico da sustentabilidade no setor imobiliário e chamou atenção para a importância da disseminação de conhecimento técnico e boas práticas.

Segundo o CEO, as construções sustentáveis se destacam no mercado por reunirem um conjunto de soluções que geram valor ambiental, social e econômico. Entre os principais atributos estão a redução no consumo de eletricidade; uso de materiais de baixo impacto ambiental; conforto térmico e



qualidade do ar interno.

Em Boa Vista, onde ainda há espaço para crescimento planejado, a incorporação desses princípios pode representar ganhos significativos para a cidade e seus habitantes, seja em economia, saúde, qualidade de vida ou valorização do patrimônio construído.

## PARÁ AVANÇA NA IMPLANTAÇÃO DO PRIMEIRO DISTRITO INDUSTRIAL DE SANTARÉM

---

Com localização estratégica entre os rios Amazonas e Tapajós, Santarém se prepara para a implantação de seu primeiro Distrito Industrial. O projeto é conduzido pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codec), e já conta com verba estadual assegurada para a indenização das áreas, totalizando cerca de 200 hectares destinados à instalação de empresas e infraestrutura industrial.

Em julho, a Codec esteve em Santarém para uma agenda técnica realizada na sede da Associação Comercial e Empresarial de Santarém (ACES), com a participação do Governo do Estado, prefeitura municipal, parlamentares estaduais da bancada federal e diversas lideranças do setor produtivo local.

A partir dessa agenda, foi possível aprofundar a análise das informações recebidas por meio da Ficha de Interesse e consolidar os dados que embasam as próximas etapas do projeto. A visita também incluiu avaliação técnica da área destinada ao polo.

Até o momento, 104 empresas manifestaram interesse em aderir ao futuro polo industrial. Um estudo da Companhia revelou uma demanda empresarial altamente diversificada, com destaque para os setores de Comércio e Serviços (23%) e Produtos Não Metálicos (12%).



O Distrito também tem potencial para beneficiar diretamente municípios vizinhos como Belterra, Mojuí dos Campos, Rurópolis e Monte Alegre. A expectativa é que o empreendimento gere centenas de empregos diretos e indiretos, impulse a renda das famílias e valorize cadeias produtivas estratégicas como logística, energia, alimentos e biotecnologia.

Além disso, a instalação deve atrair fornecedores, prestadores de serviços e pequenos negócios locais, fortalecendo o ecossistema empresarial e contribuindo para o dinamismo econômico da região.

## INDÚSTRIAS DO NORTE NÃO SE MOSTRAM MAIS CONFIANTES

---

Em julho, os resultados setoriais do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) mostram queda da confiança em 21 de 29 setores da indústria, entre todos os portes de empresa industrial (pequeno, médio, grande) e entre indústrias de todas as regiões do Brasil. Na região Norte do Brasil, os setores menos confiantes são: metalurgia (45,6%); equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos (44%); biocombustíveis (43,4%); e produtos de minerais não metálicos (43,3%).

Já as entre as áreas mais otimistas, estão: farmoquímicos e farmacêuticos (52,3%); calçados e suas partes (51,1%); manutenção e reparação (50,5%); e extração de minérios não metálicos (50,4%).



## PARINTINS 2025, PARTE 1: GARANTIDO CAMPEÃO!

---



Depois de anos de jejum e enfrentando a hegemonia recente do rival Caprichoso, o Boi Garantido voltou a reinar absoluto no Bumbódromo. Na apuração realizada no dia 30 de junho, o boi da baixa do São José conquistou o seu 33º título do Festival de Parintins, encerrando um ciclo de angústia e recolocando o vermelho no topo da festa que pulsa no coração da Amazônia.

Sob o enredo “Boi do Povo, Boi do Povão”, o Garantido apresentou três noites arrebatadoras, com foco nas origens populares, resistência cultural e emoção à flor da pele. O boi apostou em uma apresentação visceral, política e poética. A galera respondeu à altura: o curral vermelho virou multidão, a ilha vibrou, e Parintins pulsou como nunca.

Além da excelência artística e do espetáculo cênico, a vitória simboliza também a reconexão do Garantido com sua base popular. O boi do coração na testa reafirmou sua identidade como expressão genuína do povo da Amazônia, um símbolo vivo de resistência, inclusão e emoção coletiva. Em tempos de tensões culturais e apagamentos simbólicos, o grito vermelho ecoou: “É do povão, é do povão! O campeão voltou!”

## PARINTINS 2025, PARTE 2: CULTURA E ARTICULAÇÃO POLÍTICA COM OLHAR EM 2026

---


O Festival de Parintins 2025 ultrapassou a dimensão folclórica ao se consolidar como um verdadeiro termômetro político de articulação nacional. Entre as arquibancadas e camarotes do Bumbódromo, circularam líderes influentes: o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), e o da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB); o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que já anunciou R\$ 17 milhões para repavimentação do aeroporto local; o ministro do Turismo, Celso Sabino; e o corregedor do STJ, Mauro Campbell. Também marcaram presença presidentes nacionais de partidos como o União Brasil, reforçando a relevância estratégica do evento rumo às eleições de 2026.

No palco cultural, o Boi Garantido resgatou seu 33º título, porém, nos bastidores, o festival teve ares de arena institucional: encontros reservados, acordos e compromissos deixaram claro que Parintins não é apenas uma festa, mas um palco ativo de construção de narrativas, alianças e projeção política para a Amazônia em 2026.



## TRANSPORTE ESPECIAL CORPORATIVO ELEVE A PRODUTIVIDADE DE SEUS COLABORADORES

Fale com o nosso time de especialistas. Temos a melhor solução para a sua companhia.

 (92) 98126-9239





É importante  
a preparação,  
o alongamento  
e o foco  
na prova.

O momento  
é de superação,  
os obstáculos  
desaparecem  
nessa hora.

Quarenta e dois  
quilômetros?  
Dá preguiça  
só de pensar.

Prefiro  
correr  
na esteira.

Ai meu  
joelho!



# QUER ELEVAR O NÍVEL DA SUA OPINIÃO? LEIA REVISTA.

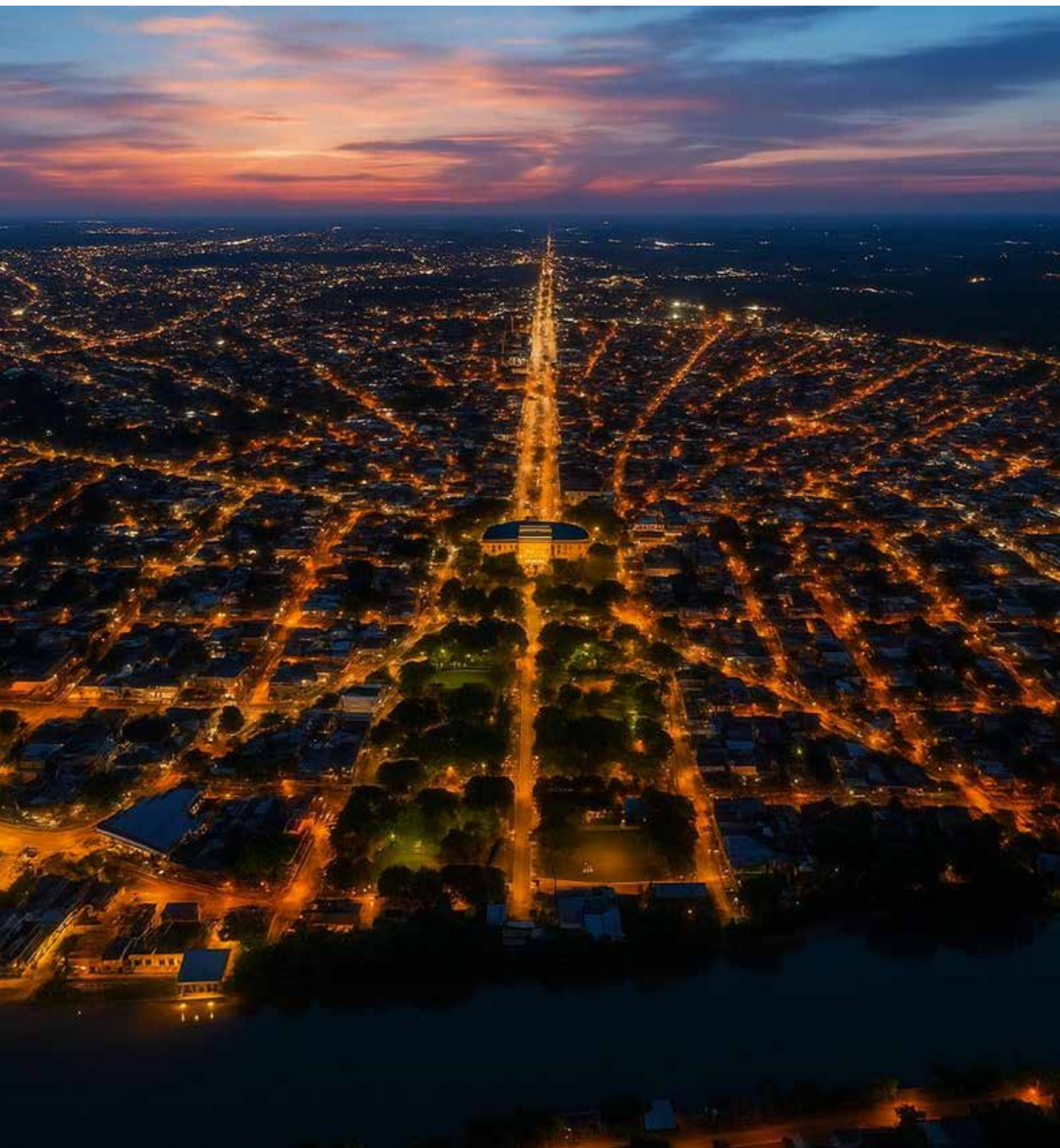
Ler uma revista  
é se aprofundar  
no seu assunto  
preferido de forma  
descontraída.  
A cada página,  
um universo de  
informações dos  
mais diversos temas.  
E você ainda ganha  
mais bagagem para  
formar uma opinião  
forte e consistente.

**REVISTAS**



ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE EDITORES DE REVISTAS

QUEM LÊ REVISTA  
TEM OPINIÃO.



# RORAIMA CONECTADA: O QUE PODE MUDAR COM O LINHÃO DE TUCURUÍ EM FUNCIONAMENTO

APÓS DÉCADAS ISOLADO DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL, O ESTADO DE RORAIMA SE PREPARA PARA VIRAR A CHAVE ENERGÉTICA. A NOVA CONEXÃO PROMETE TRANSFORMAR O SETOR ELÉTRICO, ATRAIR INVESTIMENTOS E MUDAR A ROTINA DA POPULAÇÃO

POR FRANCISCO GOMES IMAGENS DIVULGAÇÃO

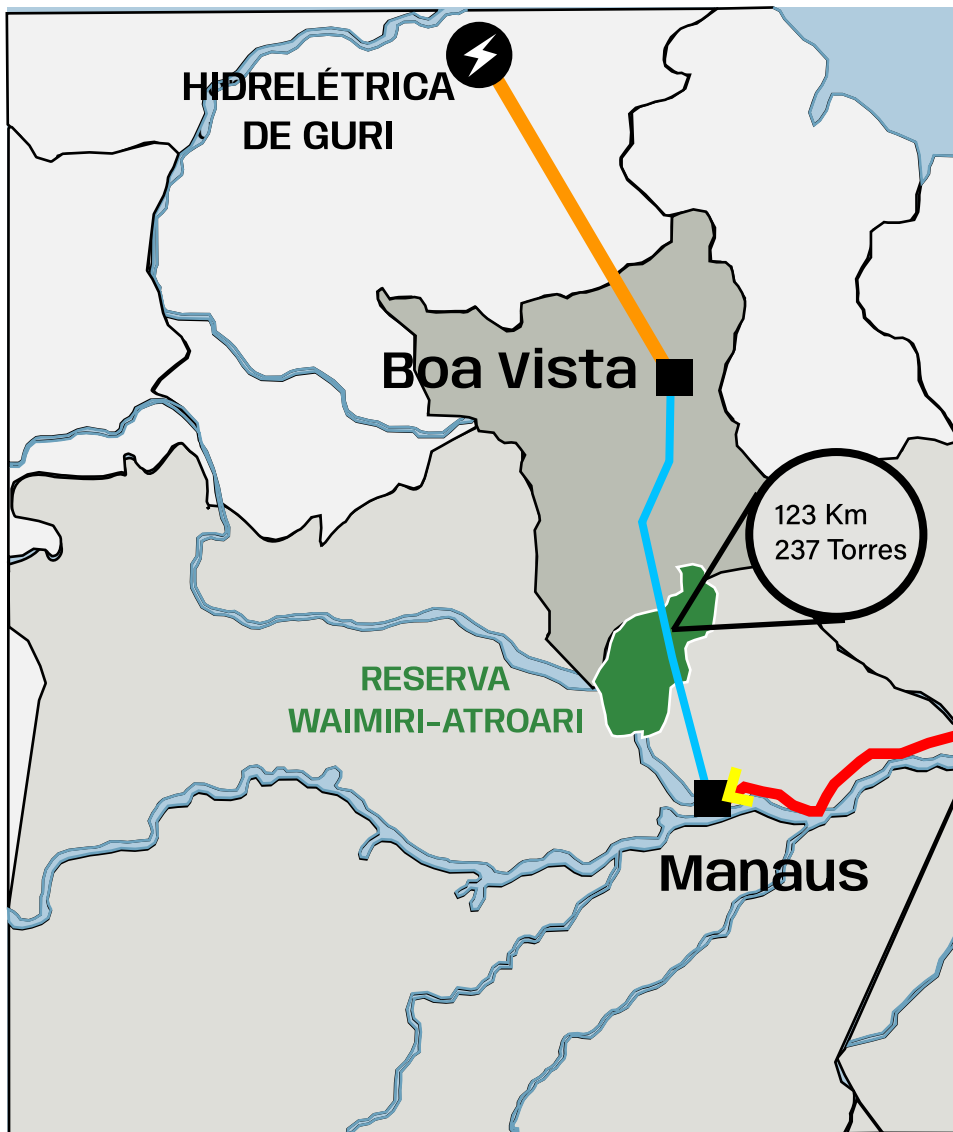
**P**OR ANOS, RORAIMA VIVEU À MARGEM DO SISTEMA ELÉTRICO NACIONAL, DEPENDENDO EXCLUSIVAMENTE DE GERADORES TÉRMICOS E DE IMPORTAÇÕES ENERGÉTICAS DA VENEZUELA. APÓS O CORTE DO ABASTECIMENTO PELO LINHÃO DE GURI — LOCALIZADO NO PAÍS VIZINHO — EM MARÇO DE 2019, o estado que já contava com cargas residenciais, comerciais e públicas robustas, enfrentou um colapso que resultou em tarifas altas, apagões constantes e uma pesada conta de combustíveis subsidiados — por vezes ultrapassando R\$ 1 bilhão ao ano.

Em resposta a essa crise energética, surgiu o ambicioso projeto do Linhão de Tucuruí: uma linha de transmissão de 500 kV, com cerca de 720 km, ligando a hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, a Boa Vista, passando por Manaus e atravessando parte da Terra Indígena (TI) Waimiri Atroari. A infraestrutura inclui três grandes subestações: Engenheiro Lechuga, Equador e Boa Vista, além de 1.390 torres, 36 reatores e sete transformadores que totalizam 400 MVA de potência reativa. ▶

Até então, Roraima integrava o grupo de estados com sistema isolado de energia, ou seja, não conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Por isso, grande parte da eletricidade consumida era gerada localmente por termelétricas a óleo diesel — uma matriz poluente e de alto custo. Para evitar que os consumidores arcassem com tarifas elevadas, o governo federal custeava a diferença por meio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), um subsídio pago por todos os brasileiros nas contas de luz. Com a entrada em operação do Linhão de Tucuruí, a tendência é que Roraima deixe gradualmente de depender desse subsídio, passando a se alinhar às regras tarifárias do restante do país, com a adoção do sistema de bandeiras.

O projeto, leilado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2011, sofria com sucessivos atrasos, pois os processos ambientais, especialmente no trecho indígena, impassavam por disputas judiciais e ausência de consulta prévia à comunidade local. Em 2021, um acordo judicial entre a União, o consórcio responsável pelas obras: Transnorte Energia (TNE) – Alupar (51%) e Eletronorte (49%) – e a comunidade Waimiri Atroari solucionou o impasse, possibilitando a retomada das obras em outubro de 2022, com prazo de execução estimado em 32 meses.

Com a assinatura da ordem de serviço em agosto de 2023 e investimento estimado em R\$ 2,6 bilhões, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o governador de Roraima, Antônio Denarium, visitaram o canteiro em março de 2025, atestando cerca de 70% de execução das obras. Já em maio de 2025, esse percentual avançou para aproximadamente 84%. O ministro destacou que, quando concluído em dezembro deste ano, o Linhão permitirá economia de mais de R\$ 1 bilhão ao ano, eliminará a geração térmica a diesel/gás e evitará aproximadamente 1,5 milhão de toneladas de CO<sup>2</sup> emitidas anualmente.



- Linhão do Tucuruí - 720 km/1390 Torres (aprox. 1 Torre/0,5km)
- Conexões da Hidrelétrica do Tucuruí
- Antiga Conexão de energia de Boa Vista



↔ 2626 km da Usina de Tucuruí até Manaus

■ Capitais

⚡ Usinas Hidrelétricas

A inclusão de Roraima no SIN não será apenas técnica, mas estrutural. A obra promete romper com o histórico de instabilidade no abastecimento, ao substituir as usinas térmicas — Jaguarica II, Monte Cristo, Floresta, Distrito Industrial e Novo Paraíso — por energia firme e distribuída mediante rede nacional. A expectativa, conforme estudos da Aneel, é que o uso térmico caia em até 70%, com impacto direto na redução dos custos operacionais, na menor emissão de carbono e na melhora da qualidade de vida da população.

A conexão de Roraima ao SIN tende a mudar a lógica de desenvolvimento industrial do estado. Segundo Fábio Martinez, economista especialista em desenvolvimento regional da Amazônia, a nova matriz energética traz a estabilidade necessária para atrair indústrias de maior porte. Ele ressalta que o setor de agroindústrias, em expansão, poderá ser um dos principais beneficiados com a chegada de energia mais confiável.

“O estado de Roraima vem crescendo muito na parte de agroindústrias. O nosso plantio vem crescendo. Por isso, precisamos da instalação de indústrias, sobretudo a alimentícia. Essas indústrias demandam energia de confiança. Com a segurança energética proporcionada pelo Linhão, a gente vai poder atrair principalmente

indústrias focadas no agro”, disse.

Martinez também afirma que os reflexos do Linhão devem ultrapassar o setor produtivo e aponta uma relação entre energia segura e melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), assim como avanços significativos na digitalização e no desenvolvimento do setor tecnológico em Roraima, com impactos muito além da eletricidade. ▶

“Com mais indústrias, aumenta a geração de emprego e renda. E isso se conecta ao acesso a serviços públicos, saúde de qualidade e urbanização, todos dependentes de energia”, afirmou. “Hoje a internet em Roraima é precária. Sem uma conexão confiável, não conseguimos desenvolver educação on-line, telemedicina ou setor de tecnologia. Com o Linhão de Tucuruí, também virá uma linha de fibra óptica que deve melhorar muito a conectividade do estado, que hoje depende de um único ramal instável vindo do Amazonas pela BR-174”, afirmou.

Segundo relatou o professor Jecksivan Sabará Bento, que leciona em escolas públicas da capital e também tem atuação em comunidades indígenas, as frequentes quedas e oscilações no fornecimento são um grande desafio em Boa Vista, pois comprometem o cotidiano doméstico, escolar e comunitário. “Muitas vezes passamos duas ou três horas sem energia. Na comunidade indígena Darôra, já ficamos até três dias no escuro”, relata. Nessa localidade, segundo ele, a infraestrutura elétrica é extremamente precária, com apenas dois fios conduzindo energia para centenas de pessoas e um único transformador no centro da comunidade.

As consequências são diretas: queima de eletrodomésticos, suspensão de aulas e impossibilidade de executar tarefas básicas. “Quando falta luz à noite, é impossível dar aula. Temos que liberar os alunos”, diz o professor. Durante o dia, as limitações também são evidentes. A impressão de materiais pedagógicos, o uso de equipamentos eletrônicos e até o conforto térmico das salas de aula são afetados. “Boa Vista é muito quente, e quem não tem ar-condicionado depende de ventilador. Só que isso faz a conta dobrar no fim do mês, e muitas famílias não conseguem pagar”.

Para Jecksivan, a interligação de Roraima ao Sistema Interligado Nacional, por meio do Linhão de Tucuruí, representa uma virada esperada há décadas. A chegada de energia mais estável e limpa não só tende a reduzir os custos, como também pode impulsionar o desenvolvimento educacional e econômico, especialmente em áreas vulneráveis. “Com uma energia de melhor qualidade, o ensino à distância vai crescer nas zonas rurais e nas comunidades indígenas. Ter internet e luz confiável é o básico para garantir educação de qualidade”.



### FÁBIO MARTINEZ

ECONOMISTA ESPECIALISTA EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA  
AMAZÔNIA

#### USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ



LOCALIZADA NO RIO TOCANTINS, NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ, NO PARÁ, A USINA POSSUI CAPACIDADE INSTALADA DE APROXIMADAMENTE 8.370 MW, SENDO A MAIOR HIDRELÉTRICA 100% BRASILEIRA E A SEGUNDA MAIOR EM POTÊNCIA INSTALADA NO PAÍS. SUA CONSTRUÇÃO, INICIADA NA DÉCADA DE 1970, FOI UM MARCO NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORTE, IMPULSIONANDO O CRESCIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ.

A ENERGIA PRODUZIDA POR TUCURUÍ ABASTECE, PRINCIPALMENTE, OS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E TOCANTINS POR MEIO DO SUBSISTEMA NORTE DO SIN. COM A INTERLIGAÇÃO A PARTIR DO LINHÃO DE TUCURUÍ, ESSA FONTE ENERGÉTICA TAMBÉM ESTÁ PREPARADA PARA ABASTECER ESTADOS AMAZÔNICOS COMO AMAZONAS, AMAPÁ E, LOGO, RORAIMA APÓS A CONCLUSÃO TOTAL DA LINHA DE TRANSMISSÃO. DURANTE O PERÍODO DE CHEIA DO RIO TOCANTINS, A USINA CONSEGUE EXPORTAR ENERGIA EXCEDENTE PARA OUTRAS REGIÕES DO PAÍS.

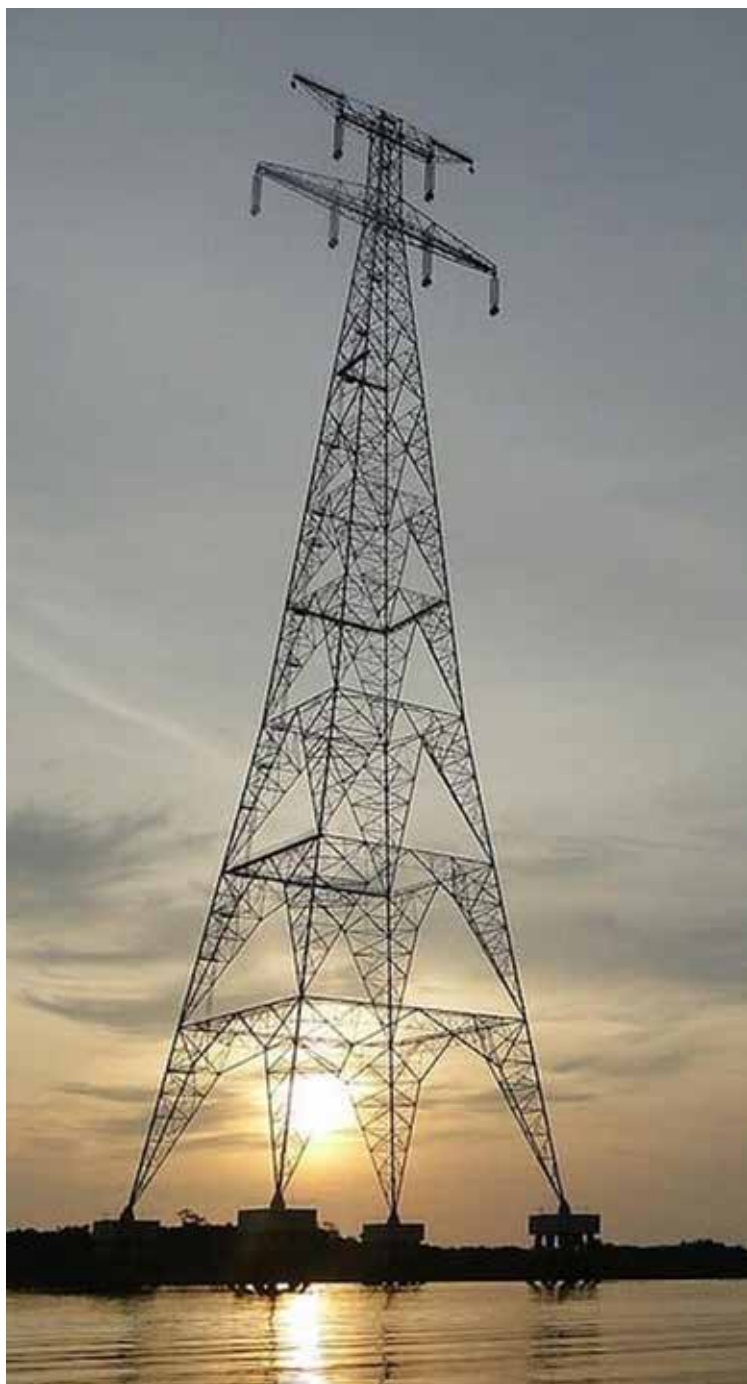
O professor também aponta efeitos positivos em setores produtivos e no empreendedorismo local. Ele cita, por exemplo, pequenos negócios que lidam com refrigeração, como sorveterias, fábricas de gelo e comércios de alimentos congelados, que hoje operam com medo constante de perdas. “Se a energia for confiável, essas empresas vão produzir mais, armazenar melhor e, com o tempo, os preços tendem a cair. Isso pode movimentar toda a economia do estado”.

Paralelamente, a Prefeitura de Boa Vista informou que está mapeando possibilidades de reconversão das estruturas térmicas para geração híbrida ou renovável, embora ainda não tenha divulgado um plano oficialmente estruturado. Já o Governo de Roraima tem discutido projetos complementares, como instalação de energia solar em áreas isoladas, incentivos à diversificação da matriz elétrica e expansão de infraestrutura digital, incluindo interligações via fibra óptica na BR-174.

Outra frente importante do projeto é o diálogo socioambiental. A construção na TI Waimiri Atroari inclui um Plano Básico Ambiental que prevê compensações e mitigação de impactos — R\$ 90 milhões pagos pela União e mais R\$ 43 milhões pela TNE —, contemplando proteção ambiental, criação de novas rotas indígenas e implantação de internet nas aldeias, conforme acordado judicialmente em 2021.

Em julho deste ano, a Aneel ajustou a Receita Anual Permitida da concessão para R\$ 395,6 milhões ao ano, com prorrogação de prazo por 27 anos e encerramento de disputas arbitrais judiciais. Além disso, ao longo de 2024 e 2025, o Programa Pró-Amazônia Legal reembolsou R\$ 2,1 milhões (janeiro de 2025) e R\$ 2,2 milhões (dezembro de 2024) à TNE como parte da compensação de impactos em território indígena.

Em termos humanos, o projeto gera, desde 2023, cerca de cinco mil empregos diretos e indiretos, de acordo com estimativas do Governo Federal, em consonância com a TNE. As subestações, torres e reatores estão sendo erguidos ao longo de um corredor por realidades socioculturais e ambientais diversas: de populações urbanas de Boa Vista à população da TI Waimiri Atroari, exigindo sensibilidade e presença institucional. ▶



### ENERGIA MAIS CONFIÁVEL DEVE IMPULSIONAR COMÉRCIO, APESAR DA AUSÊNCIA DE REDUÇÃO IMEDIATA NA TARIFA.

Embora a conexão de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN) não represente, a princípio, uma redução direta na conta de luz dos consumidores, a confiabilidade no fornecimento de energia deve ser um fator decisivo para fortalecer o ambiente de negócios. A avaliação é do presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Roraima (Fecomércio-RR), Ademir dos Santos, que aponta a estabilidade elétrica como elemento estratégico para o desenvolvimento do setor terciário, responsável por quase metade da economia estadual.

“Não acredito que os moradores e empresários terão redução na conta de energia. Hoje, em Roraima, somos beneficiados pela Conta de Consumo de Combustíveis, que subsidia o sistema isolado. Com a interligação, devemos passar a pagar as bandeiras tarifárias cobradas no restante do país”, afirmou. Ainda assim, ele reforça que o ganho vai além do custo: “O que vamos conquistar é uma energia mais confiável. E isso é fundamental para o comércio e serviços, porque reduz os prejuízos causados pelas quedas constantes de energia. Teremos um ambiente de negócios mais seguro e propício ao crescimento”, pontuou.

Segundo o dirigente, a previsibilidade no fornecimento tende a atrair novas empresas e fortalecer aquelas já instaladas, especialmente com a manutenção dos incentivos fiscais da Área de Livre Comércio (ALC). “O comércio está crescendo, e com uma energia mais confiável, empresários de fora vão perceber que vale a pena investir aqui. E isso não é só em Boa Vista, todos os municípios devem sentir esse avanço”, acrescentou.

Santos pontua que a chegada do Linhão não traz apenas benefícios econômicos, mas também sociais, sobretudo para as pequenas e médias empresas. Com mais segurança energética, empreendimentos menores poderão operar com maior estabilidade, evitando perdas em equipamentos e mercadorias. “É uma questão de confiança. O investidor precisa saber que não vai perder um freezer cheio de mercadoria por falta de energia, nem deixar de atender um cliente porque a luz caiu. Essa segurança é transformadora”, frisou.





“O QUE VAMOS CONQUISTAR É UMA ENERGIA MAIS CONFIÁVEL. E ISSO É FUNDAMENTAL PARA O COMÉRCIO E SERVIÇOS, PORQUE REDUZ OS PREJUÍZOS CAUSADOS PELAS QUEDAS CONSTANTES DE ENERGIA. TEREMOS UM AMBIENTE DE NEGÓCIOS MAIS SEGURO E PROPÍCIO AO CRESCIMENTO”

Ademir dos Santos - Presidente da Fecormécio-RR

Atualmente, o comércio, os serviços e o turismo respondem por 47,2% do Produto Interno Bruto (PIB) de Boa Vista, um dos principais indicadores econômicos do estado. São mais de 30 mil empresas ativas no setor terciário e cerca de 62 mil trabalhadores, o que representa 83% das pessoas empregadas na capital. Segundo Santos, esse é um retrato da importância da energia estável para manter o ritmo de crescimento econômico.

Além da energia, o presidente destaca outra necessidade urgente: a ampliação da infraestrutura de internet. Hoje em dia, os moradores de Roraima dependem exclusivamente de uma única fibra ótica. “Frequentemente a fibra rompe e deixa o estado todo sem internet. Isso prejudica tanto o setor público quanto o privado. Assim como a energia é fundamental, eu diria que a internet também é essencial para garantir competitividade”, afirmou.

Marcus Almeida, empreendedor do ramo alimentício, e morador de Boa Vista, concorda com o dirigente. Para ele, as frequentes oscilações de energia geram uma série de prejuízos ao comércio, uma delas é justamente ocasionada pela consequente falta de internet.

“ Tanto o microempreendedor quanto o próprio empresário sofrem bastante cotidianamente, porque a primeira coisa que acontece [após a queda de energia] é a queda da internet, e hoje em dia o que mais movimenta o mercado são as formas de pagamento: pix e cartão, tanto crédito quanto débito. Pouca gente, hoje, usa dinheiro. A falta de energia afeta muito essa parte. A gente deixa de vender por não ter internet, isso sem contar os riscos que enfrentamos com eletrodomésticos, equipamentos e alimentos”.

Para Santos, o cenário é promissor, mas exige atenção contínua por parte do poder público e da sociedade civil organizada. “Se conseguirmos avançar em energia, conectividade e logística, Roraima vai se tornar, de fato, um polo atrativo para investimentos. Temos uma posição estratégica, benefícios fiscais e capital humano. O que faltava era a infraestrutura mínima para funcionar de forma segura. Agora, temos a oportunidade de mudar esse paradigma”, concluiu.



## INDÚSTRIA DE RORAIMA PODERÁ GANHAR NOVO FÔLEGO

Com uma infraestrutura energética mais robusta e interligada ao sistema nacional, o estado de Roraima tem a oportunidade de dar um salto em sua base produtiva industrial. Para a presidente da Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER), Izabel Cristina Itikawa, o Linhão de Tucuruí não representa apenas um avanço técnico no setor elétrico, mas um divisor de águas na atração de investimentos e na geração de empregos industriais.

“A interligação do sistema energético representa uma oportunidade histórica. Não se trata apenas de uma melhoria na qualidade e estabilidade do fornecimento de energia, mas de um propulsor crucial para o desenvolvimento econômico local, especialmente no setor industrial”, destacou. Ela ressalta que o estado poderá atrair empreendimentos de grande porte, com destaque para as fábricas de bens de consumo, produtos manufaturados e indústrias com alta demanda energética, como mineração e siderurgia.

A nova infraestrutura também abre caminho para uma revolução na matriz produtiva. Com uma geração energética mais eficiente, o estado poderá inclusive exportar excedentes, fortalecendo sua posição dentro

da cadeia nacional de produção. Segundo Itikawa, a disponibilidade de energia em maior volume e com custos competitivos cria um ambiente favorável para a instalação de indústrias de base. Isso significa mais empregos diretos e indiretos, mais renda e mais oportunidades para a população local.

Além de atrair novos negócios, a chegada de energia estável pode acelerar a verticalização da produção agrícola. Roraima já possui um agronegócio consolidado, com destaque para a produção de soja, milho, arroz e pecuária. No entanto, grande parte da produção ainda é escoada sem beneficiamento. “Com mais energia disponível e estável, teremos as condições para implantar unidades de beneficiamento local, agregando valor às nossas matérias-primas e tornando Roraima mais competitivo no mercado nacional e internacional”, completou.

A presidente ressaltou, ainda, que o fortalecimento da cadeia agroindustrial tende a gerar efeitos em cascata, pois os investimentos poderão gerar uma cadeia produtiva, estimulando o emprego, a geração de renda e o fortalecimento da economia local. Ou seja, uma oportunidade de transformar produtos primários em derivados industriais que tenham maior valor de mercado e que fiquem no estado.

Nesse contexto, a coordenadora destaca a importância da qualificação da mão de obra: “O crescimento industrial precisa vir acompanhado de políticas de formação profissional. Uma nova matriz produtiva requer técnicos, operadores, engenheiros e gestores capacitados. Por isso, além da energia, precisamos investir também em educação e formação para sustentar esse novo ciclo”, disse.

Com sua localização estratégica no extremo norte do país e conexão facilitada com a América do Sul e o Caribe, Roraima também poderá se consolidar como um corredor logístico para exportações da Amazônia. A nova realidade energética de Roraima abre um vasto campo de oportunidades para a expansão das exportações e o beneficiamento local de matérias-primas. “Podemos processar nossos produtos aqui mesmo e alcançar mercados internacionais com mais competitividade. Isso muda o patamar do estado”, avaliou Itikawa. ▶



O ESTADO TEM PERFIL VOLTADO AO AGRONEGÓCIO, COM PRODUÇÃO EXPRESSIVA DE SOJA, MILHO, ARROZ E UMA PECUÁRIA EM EXPANSÃO. COM MAIS ENERGIA DISPONÍVEL E ESTÁVEL, TEREMOS AS CONDIÇÕES PARA IMPLANTAR UNIDADES DE BENEFICIAMENTO LOCAL

Izabel Itikawa - Presidente da FIER



### ADEQUAÇÕES PARA O SIN

A chegada do Linhão também representa uma virada de página para o sistema elétrico de Roraima, mas os efeitos imediatos não estarão necessariamente na ponta da rede de distribuição, como explica o engenheiro eletricista Fábio Eugênio Andrade, da Roraima Energia. “A operação das redes de distribuição e subestações da Roraima Energia não sofrerá grandes mudanças com a chegada do Linhão. O que esperamos é que ele traga ao estado maior confiabilidade das fontes de suprimento e, com isso, melhoria ao consumidor final”, destacou. A distribuidora reforça que sua atuação depende diretamente da solidez dos agentes geradores e transmissores de energia, e que sua missão é garantir que a infraestrutura de distribuição esteja apta a operar com eficiência diante das transformações em curso.

Embora o Linhão represente um marco no abastecimento, ele não elimina desafios operacionais que exigem atuação contínua da distribuidora. As perdas técnicas, por exemplo, não serão automaticamente resolvidas com a nova fonte de suprimento. Ainda assim, Andrade destaca que a estabilidade trazida pela interligação poderá auxiliar, de forma indireta, na otimização da operação da rede. A empresa segue com investimentos constantes na modernização da infraestrutura, conforme as diretrizes da Aneel.

No que diz respeito à estabilidade e segurança energética, a conexão com o SIN representa um avanço significativo, sobretudo diante da fragilidade histórica do sistema isolado. Fábio chama atenção, porém, para a particularidade da conexão roraimense: “Roraima será conectada por uma única



linha de 500 kV, diferentemente de outros estados que possuem múltiplas conexões com o SIN”. Esse fator técnico exige cautela. Por essa razão, o Operador Nacional do Sistema (ONS) continuará mantendo geradores locais como suporte, mesmo após a conclusão do Linhão, assegurando a redundância necessária ao fornecimento. A transição da matriz energética local, segundo ele, será gradual e planejada com foco na segurança

A empresa também vê potencial de cooperação entre diferentes fontes no modelo híbrido que se desenha para o estado. Roraima já possui experiência com sistemas

híbridos: municípios do norte do estado utilizam combinação de termelétricas a diesel e energia solar, enquanto o sul conta com matriz diversificada incluindo biomassa, biodiesel de palma e uma pequena central hidrelétrica no alto Jatapú. A interligação ao SIN, longe de eliminar essa diversidade, tende a ampliá-la. Apesar disso, Fábio ressalta que a Roraima Energia não interfere nas decisões sobre o mix de geração, tendo o papel de apenas garantir que a rede de distribuição esteja pronta para receber energia de qualquer fonte autorizada.



Para garantir que a integração ao SIN ocorra sem sobressaltos, a Roraima Energia vem realizando uma série de adequações técnicas na rede de distribuição do estado, que contemplam acompanhamentos, estudos e preparativos necessários para garantir a adequação da rede ao SIN. Ele explica que esse processo envolve desde ajustes nos sistemas de proteção e controle até revisões em procedimentos internos da companhia, assegurando que a operação ocorra de forma coordenada com os demais agentes do setor.

Em termos quantitativos, os desafios operacionais da Roraima Energia ficam evidentes diante da histórica dependência de termelétricas movidas a óleo diesel. De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia 2031,

elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), cerca de 95% da energia gerada em Roraima em 2020 teve origem térmica, com destaque para as usinas a diesel.

Antes da entrada em operação da usina Jaguatirica II, o estado consumia anualmente mais de 300 milhões de litros de diesel para abastecimento elétrico, segundo dados da própria EPE e do Ministério de Minas e Energia (MME). A usina Jaguatirica II, inaugurada em 2022, possui capacidade instalada de 141 MW e opera com gás natural, contribuindo para reduzir em até 30% as emissões de CO<sup>2</sup> e para baratear o custo de geração ao substituir parte das térmicas mais poluentes e caras. Esses indicadores reforçam o impacto esperado da integração ao sistema nacional.

### ÚLTIMOS PASSOS DA OBRA

Após meses de trabalho, a instalação dos cabos de alta tensão está praticamente concluída, e a equipe técnica concentra-se agora nos testes de energização e na integração dos equipamentos às subestações locais, informou a Aneel. Esse processo é fundamental para garantir a estabilidade e a confiabilidade do fornecimento antes da operação plena do sistema.

Paralelamente à conclusão das estruturas físicas, a concessionária responsável pelas obras intensifica o treinamento dos profissionais que vão operar e manter o linhão. Esse preparo inclui capacitação para o monitoramento remoto das linhas e ações de manutenção preventiva, essenciais para minimizar riscos e evitar interrupções no fornecimento. A expectativa é que a operação assistida comece logo após a inauguração, em dezembro, com supervisão rigorosa para assegurar o funcionamento dentro dos padrões de qualidade exigidos pela Aneel.

Além dos aspectos técnicos, as últimas fases da obra contemplam também ações de mitigação ambiental e social. As equipes realizam os reparos nas áreas impactadas pela construção, garantindo a recuperação da vegetação e o respeito às comunidades locais afetadas. Projetos de comunicação continuam sendo desenvolvidos para manter a população informada sobre o andamento do linhão e seus benefícios, reforçando o compromisso com a transparência e o diálogo aberto.





# 135 ANOS DE BOA VISTA: DESAFIOS E POTENCIAL DE UMA CAPITAL AMAZÔNICA

COM LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA, RIQUEZA CULTURAL E FORTE PRESENÇA MIGRATÓRIA, A CAPITAL DE RORAIMA BUSCA EQUILIBRAR DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INCLUSÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE URBANA EM MEIO A DESAFIOS ESTRUTURAIS PERSISTENTES

DA REDAÇÃO

**B**OA VISTA, CAPITAL DO ESTADO DE RORAIMA, É UMA CIDADE QUE CARREGA EM SUA FORMAÇÃO TRAÇOS ÚNICOS NO CONTEXTO AMAZÔNICO E NACIONAL. FUNDADA EM 1890 E SENDO A ÚNICA CAPITAL BRASILEIRA TOTALMENTE AO NORTE DA LINHA DO EQUADOR, O MUNICÍPIO ABRIGA MAIS DE 413 MIL HABITANTES, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), concentrando mais de 65% da população do Estado. Seu traçado urbanístico central, com ruas em formato radial e inspiração francesa, é herança do plano elaborado pelo engenheiro Darcy Aleixo no século XX, que ainda molda parte de sua identidade visual.

Contudo, a imagem de uma capital planejada contrasta com o cenário atual de expansão urbana desordenada, desigualdade socioespacial, desafios de infraestrutura e pressões sobre os serviços públicos. Boa Vista cresceu aceleradamente nas últimas décadas, especialmente a partir de 2016, com o fluxo migratório intenso proveniente da Venezuela. Isso provocou um salto populacional, tensionando as estruturas da cidade, mas também abrindo novas oportunidades econômicas em áreas como comércio, turismo, agronegócio e economia criativa.

Hoje, a capital roraimense se vê diante de um desafio: como crescer com planejamento, garantir qualidade de vida, respeitar o meio ambiente e integrar a diversidade que compõe sua população? A resposta passa por políticas públicas robustas, reestruturação da legislação urbanística, valorização do capital cultural e econômico local e um olhar sustentável para o futuro.



### DINAMISMO ECONÔMICO

Boa Vista, como capital do estado mais dependente da União em termos fiscais, ainda sustenta sua economia com forte presença do setor público. De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal do Tesouro Nacional, de 2024, aproximadamente 60% das receitas do estado de Roraima têm origem em transferências federais, o que repercute diretamente na economia da capital. A administração pública, direta e indireta, responde por quase metade dos empregos formais do município, moldando não apenas o perfil ocupacional da população, mas também sua vulnerabilidade diante de mudanças nas políticas federais.

Contudo, a cidade tem dado sinais claros de busca por alternativas econômicas sustentáveis e autônomas. Localizada estrategicamente entre duas fronteiras — Venezuela e Guiana —, Boa Vista se encontra no centro de uma rota internacional de comércio e integração, o que favorece o escoamento de produtos, a circulação de pessoas e a inserção em cadeias produtivas mais amplas. A professora Ingrid Cardoso, do Departamento de Economia da Universidade Federal de Roraima (UFRR), observa:

“A cidade de Boa Vista, assim como o estado de Roraima, depende de grande parte da sua economia do setor público, e os repasses federais são essenciais nesse sentido. Apesar disso, vejo que há potencial para o desenvolvimento de outras atividades, especialmente pela proximidade com Venezuela e Guiana e o acesso que temos com ambos os países”.

Dados disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal mostram que, em 2024, Boa Vista recebeu quase R\$ 2,4 bilhões em repasses federais, considerando tanto transferências diretas para a prefeitura quanto benefícios sociais pagos a cidadãos, como Bolsa Família, Auxílio Gás e Farmácia Popular.

Segundo dados da Federação do Comércio de Roraima (Fecomércio-RR), baseados em informações da Secretaria de Planejamento e Orçamento de Roraima (Seplan-RR), o setor de comércio representa cerca de 44% PIB de Boa Vista, sendo o motor da economia local ao lado dos serviços, que concentram mais de 70% das empresas registradas. A indústria de transformação, ainda incipiente, começa a ganhar espaço com o surgimento de pequenas agroindústrias ligadas à cadeia do agronegócio, especialmente em segmentos como beneficiamento de grãos, panificação, laticínios e produção de óleos vegetais.

Um dos reflexos desse dinamismo está na balança comercial: em abril de 2025, as exportações de Roraima totalizaram US\$ 6,8 milhões, com alimentos processados, soja, margarina, extrato de malte e carnes liderando a pauta de exportação. Venezuela e Guiana responderam por 98,3% do destino dessas mercadorias. Boa Vista, como principal centro logístico, concentra grande parte dos serviços envolvidos nesse processo, desde o transporte até o armazenamento e a prestação de serviços portuários e alfandegários.



Professora **Ingrid Cardoso** -  
Departamento de Economia da  
Universidade Federal de Roraima



“O agronegócio já é uma realidade cujo potencial tem apresentado transformações econômicas para a região. As atividades oriundas dos benefícios da Área de Livre Comércio (ALC) existente em Boa Vista também são reais. E, por fim, o turismo cultural vinculado às tradições dos povos originários também tem força. Assim, temos potencial para as três áreas econômicas: agrícola, industrial e serviços”, avalia Ingrid Cardoso.

A ALC de Boa Vista — instituída pelo Decreto nº 6.614, de 23 de outubro de 2008, que regulamentou a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991 — oferece incentivos fiscais para importação e comercialização de mercadorias, e tem potencial para se tornar um polo de integração com a América Latina. Apesar disso, seu aproveitamento ainda é limitado por gargalos logísticos, burocráticos e pela baixa industrialização local.

Além da agroindústria e do comércio transfronteiriço, o turismo surge como um vetor estratégico de diversificação. Boa Vista é porta de entrada para o Monte Roraima, a Serra do Tepequém e o Parque Nacional do Viruá — todos com potencial para o ecoturismo e o turismo de base comunitária. O fortalecimento do turismo de experiência, que valoriza a gastronomia local, o artesanato indígena e a produção audiovisual, vem sendo apoiado por iniciativas do Sebrae Roraima, como destaca Emerson Baú, superintendente da instituição:

“Boa Vista possui grande potencial em vários segmentos. Estamos trabalhando o fortalecimento de agroindústrias, serviços especializados e o turismo de experiência. A economia criativa, especialmente nas áreas da gastronomia, do artesanato e do audiovisual, tem crescido com apoio de redes colaborativas e capacitações”.

O ambiente de negócios local tem evoluído. Boa Vista foi uma das primeiras capitais brasileiras a aderir ao programa “Cidade Empreendedora”, promovido pelo Sebrae em parceria com a prefeitura, com foco em desburocratização, digitalização de serviços e estímulo à cultura empreendedora. O município lidera, em Roraima, o ranking de liberdade econômica e simplificação de processos para abertura de empresas, o que favorece a formalização de pequenos negócios, embora a informalidade ainda persista em larga escala.

A diversificação econômica, em último plano, também pode se dar por meio da inovação tecnológica e do fortalecimento do ecossistema digital. Em 2024, a cidade registrou aumento no número de startups voltadas para soluções em energia solar, logística, educação e e-commerce, muitas delas incubadas em parceria com a UFRR, o Instituto Federal de Roraima (IFRR) e o SebraeLab. A cidade conta com um ambiente favorável à implantação de novos polos tecnológicos, especialmente voltados à Amazônia Legal, bioeconomia e softwares com interface regional.

Boa Vista vive, portanto, um momento de transição: de uma economia centrada no setor público para uma matriz mais ampla, conectada com os mercados vizinhos, sustentada por novos arranjos produtivos e aberta à inovação. O desafio é transformar as oportunidades em políticas públicas eficazes de fomento, planejamento estratégico de longo prazo e formação de mão de obra qualificada para sustentar esse novo ciclo de crescimento.



**O PRODUTO INTERNO  
BRUTO (PIB) DA CIDADE É  
DE CERCA DE  
R\$ 13,5 BILHÕES,  
SEGUNDO O IBGE,  
REPRESENTANDO QUASE  
75% DO TOTAL DA  
RIQUEZA DE RORAIMA.  
JÁ SEU O PIB PER CAPITA  
FICA EM R\$ 30 MIL.**



### MIGRAÇÃO, INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO

A informalidade é uma das características mais marcantes do mercado de trabalho em Boa Vista. De acordo com levantamento do IBGE, mais de 60% da população economicamente ativa da capital atua sem registro formal, um índice que está entre os mais altos do país. Esse cenário reflete não apenas entraves estruturais históricos, como alta carga tributária, dificuldades de acesso ao crédito e baixa qualificação, mas também transformações recentes provocadas pelo fenômeno migratório que redefiniu o perfil populacional e econômico da cidade.

Desde 2016, Boa Vista tornou-se o principal destino de venezuelanos que cruzam a fronteira em busca de refúgio e melhores condições de vida. Estima-se que mais de 53 mil imigrantes residam atualmente na capital, segundo dados da Operação Acolhida e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Essa chegada massiva de pessoas impactou fortemente a dinâmica do trabalho, tanto formal quanto informal.

A professora Ingrid Cardoso aponta que a informalidade em Boa Vista é agravada por múltiplos fatores, mas ganha contornos específicos no contexto

migratório. “A força de trabalho informal é reflexo de políticas tributárias excessivas e da ausência de transparência no processo de formalização. Especificamente em Boa Vista, a transitoriedade dos trabalhadores imigrantes e a baixa qualificação profissional contribuem para esse cenário”, afirmou.

Segundo estudo publicado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), em 2019, mais da metade dos trabalhadores venezuelanos em Boa Vista atuavam de forma informal, com forte presença nos setores do comércio ambulante, serviços domésticos, construção civil e alimentação. Muitos enfrentam barreiras linguísticas, dificuldade de reconhecimento de diplomas e ausência de redes de apoio, o que os empurra para ocupações de baixa remuneração e alta rotatividade.

Ainda assim, o impacto da migração no tecido econômico local não pode ser visto apenas sob a ótica da precarização. A ampliação do mercado consumidor, a diversificação da mão de obra e o surgimento de novos perfis de empreendedores representam efeitos colaterais positivos desse processo. A presença de migrantes contribuiu para dinamizar o pequeno comércio, impulsionar o setor de serviços e até mesmo estimular novos hábitos de consumo na cidade.

Emerson Baú destaca que esse movimento exigiu novas estratégias de apoio ao empreendedorismo local. “A presença de imigrantes ampliou o consumo em diversos segmentos e melhorou a oferta de mão de obra. Mas também elevou o número de empreendedores informais, pressionando a economia local. Atuamos com capacitações e programas de inclusão produtiva para enfrentar esse quadro”, informou.

O Sebrae Roraima vem desenvolvendo diversas ações de apoio aos migrantes e à população em situação de vulnerabilidade, como o programa Empretec para Refugiados, oficinas de formalização em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), e o Sebrae Delas, voltado ao empreendedorismo feminino, que atende brasileiras e venezuelanas. A instituição também lidera o projeto Educação Empreendedora, voltado para jovens da rede pública e migrantes, com foco na autonomia econômica e na geração de renda.

Parcerias com a Prefeitura de Boa Vista, o Governo do Estado, instituições como Acnur, Organização Internacional para as Migrações (OIM) e universidades públicas têm garantido uma rede mínima de apoio à formação e inserção produtiva de migrantes.

Apesar disso, a concorrência entre negócios informais e pequenos empreendedores formais ainda é uma preocupação constante. O próprio Sebrae aponta que o excesso de informalidade compromete a sustentabilidade da economia local, reduz a arrecadação fiscal e cria um ambiente de competição desleal, especialmente para micro e pequenas empresas que operam com todas as obrigações legais.

Do ponto de vista social, os desafios são ainda mais profundos. A informalidade não garante acesso a direitos básicos, como previdência, seguro-desemprego ou licença médica. Isso significa que milhares de pessoas vivem em um limbo legal e social, à margem de políticas públicas permanentes e com alto grau de vulnerabilidade. Para as mulheres imigrantes, por exemplo, esse cenário se agrava ainda mais: muitas atuam em serviços informais de cuidado ou alimentação, sem nenhuma rede de proteção e enfrentando múltiplas formas de discriminação.

Apesar disso, há experiências positivas. Mercados temporários, feiras multiculturais e empreendimentos liderados por venezuelanos já fazem parte do cotidiano urbano de Boa Vista. Restaurantes com culinária andina, barbearias e pequenos comércios surgem em bairros como Calungá, 31 de Março e Liberdade, onde a presença migrante é mais expressiva. Isso reforça a importância de políticas públicas que valorizem a economia cultural e promovam a formalização com sensibilidade intercultural.



O PROGRAMA “**CIDADE EMPREENDEDORA**”, DESENVOLVIDO EM COOPERAÇÃO COM O SEBRAE, TAMBÉM TEM BUSCADO DESBUROCRATIZAR PROCESSOS DE ABERTURA DE NEGÓCIOS, **SIMPLIFICAR TRIBUTOS** E FOMENTAR O MICROCRÉDITO PRODUTIVO.





Professora **Cláudia Nascimento** - Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRR

## DESAFIOS AO ORDENAMENTO URBANO E À EQUIDADE TERRITORIAL

Embora Boa Vista seja reconhecida como uma das poucas capitais brasileiras concebidas com planejamento urbanístico, o ideal modernista do ordenamento racionalizado cedeu lugar, ao longo das décadas, a um processo de crescimento descontrolado e mal articulado.

A ausência de um planejamento urbano efetivo nas últimas décadas, somada à especulação imobiliária e à falta de instrumentos regulatórios modernos, contribuiu para a formação de bairros afastados, com baixa densidade populacional, infraestrutura precária e alto custo de manutenção urbana. O fenômeno, segundo especialistas, compromete a sustentabilidade da cidade e aprofunda a segregação socioespacial.

“O traço do planejador foi determinante no início. Mas ao longo das décadas houve uma ocupação induzida, muitas vezes liderada por interesses privados. As áreas que sofrem maior pressão hoje são aquelas com lagoas e sistemas hídricos, ocupadas tanto por moradores de baixa renda quanto por grupos empresariais”, alerta a professora Cláudia Nascimento, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRR.

Essa expansão se concentra especialmente na zona oeste da cidade, onde conjuntos habitacionais e loteamentos surgiram sobre áreas de várzea e lagoas temporárias, ambientes ecologicamente sensíveis e, muitas vezes, alagáveis. Um estudo de 2016, elaborado por Araújo Júnior, geógrafo e professor da UFRR, mostra que grande parte do território de Boa Vista está dentro de áreas suscetíveis a inundações, devido à sua ocupação sobre regiões de lavrado e sistemas lacustres. Os alagamentos de 2012, por exemplo, revelaram os riscos dessa urbanização dissociada das características ambientais do território.

“Boa Vista foi desenhada, mas não planejada com continuidade. O plano de Darcy Aleixo moldou o centro, mas faltaram instrumentos regulatórios para impedir a expansão horizontal. A cidade cresceu para as bordas, mesmo com muitos terrenos ociosos no centro. Isso encarece a manutenção da infraestrutura e favorece a especulação imobiliária”, aponta o professor.

De fato, o relatório de diagnóstico do novo Plano Diretor revela que Boa Vista tem mais de 600 mil metros quadrados de áreas vazias na região central, o que poderia acomodar até 96 mil pessoas, caso fossem adotados modelos de adensamento urbano sustentável. No entanto, a legislação vigente, defasada desde 2011, favoreceu a expansão horizontal em vez da verticalização racional e equitativa. A cidade conta hoje com apenas 72 habitantes por hectare, um dos índices de densidade mais baixos entre as capitais brasileiras.

Essa dinâmica compromete não apenas o acesso à moradia em regiões centrais, mas também o próprio direito à cidade. A criação de bairros majoritariamente residenciais em áreas periféricas, desconectados de serviços, empregos e lazer, impõe longos deslocamentos e reforça a exclusão territorial. Os bairros da zona leste, como Caçari e Paraviana, concentram renda, infraestrutura urbana e atenção do poder público, enquanto a zona oeste sofre com manutenção irregular, ausência de equipamentos culturais e degradação ambiental.

“A segregação em Boa Vista não é apenas resultado da migração. Ela é estrutural e econômica. A associação entre periferia e migrante é um discurso perigoso. Temos migrantes em toda a cidade, inclusive empreendendo e fortalecendo a economia. A exclusão territorial é resultado de políticas públicas que não garantem acesso igualitário aos espaços urbanos”, afirma Cláudia.

O professor Rui Rosário, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRR, corrobora. “A cidade sofre com urbanização extensiva, tanto em áreas de maior como de menor renda. Isso aumenta o custo da manutenção da cidade e reduz o acesso das pessoas ao direito à moradia digna.”

O caso do Conjunto Pérola, na zona oeste, é emblemático. O projeto habitacional do Minha Casa Minha Vida recebeu famílias removidas da região do antigo “Beiral”, no bairro Calungá, onde hoje está o Parque do Rio Branco. A transferência, embora legalmente justificada, gerou discussões sobre gentrificação urbana e invisibilização da população mais pobre nos espaços centrais da cidade.

A reformulação do Plano Diretor, atualmente travada na Câmara Municipal, foi elaborada com apoio do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) e prevê diretrizes para limitar a expansão urbana, estimular o adensamento sustentável, proteger áreas ambientais e incentivar a multifuncionalidade dos bairros. Apesar disso, enfrenta resistência política e pressões do mercado imobiliário.

“Boa Vista precisa abrir espaço para verticalização sustentável e inclusiva, não só para a classe média alta. É preciso limitar a zona de expansão urbana, aproveitar as áreas centrais ociosas e pensar em instrumentos que permitam que o crescimento da cidade aconteça com justiça espacial”, defende Rui Rosário.

Além disso, a política habitacional segue aquém das necessidades. Segundo dados de 2023 do Ministério das Cidades, Boa Vista possui o segundo maior déficit habitacional proporcional do Brasil, com milhares de famílias vivendo em situação de coabitação forçada, aluguel excessivo ou áreas irregulares. ▶



Darcy Aleixo - Engenheiro Civil do plano urbanístico de Boa Vista/RR

**O TRAÇADO RADIAL  
PROJETADO PELO  
ENGENHEIRO DARCY ALEIXO,  
NA DÉCADA DE 1940, AINDA  
ESTRUTURA O CENTRO  
HISTÓRICO DA CIDADE,  
MAS NÃO FOI SUFICIENTE  
PARA CONTER O AVANÇO  
PERIFÉRICO, MARCADO PELA  
EXPANSÃO HORIZONTAL,  
OCUPAÇÕES EM ÁREAS  
AMBIENTALMENTE FRÁGEIS E  
AUMENTO DA DESIGUALDADE  
TERRITORIAL.**

### EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Boa Vista tem se consolidado como referência em educação pública na região Norte do país, alcançando indicadores expressivos de desempenho. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a rede municipal de ensino obteve nota 6,6 no Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental, resultado superior à média nacional (5,8) e entre os melhores da Amazônia Legal. Com mais de 109 mil alunos matriculados nas redes pública e privada, a capital concentra a maior parte do contingente estudantil de Roraima e carrega o peso de uma missão ampliada nos últimos anos: educar em meio a uma diversidade crescente de línguas, culturas e histórias de vida.

Desde 2016, milhares de crianças e adolescentes venezuelanos chegaram à capital acompanhando suas famílias, ou, em muitos casos, sozinhos. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) estima que, atualmente, mais de 4 mil estudantes migrantes estejam matriculados na rede municipal, representando quase 10% do total de alunos. O fenômeno impôs uma reconfiguração no perfil das salas de aula, exigindo novas estratégias pedagógicas e adaptações institucionais.

“Tivemos que repensar a prática docente, pois muitos estudantes vêm de contextos linguísticos e culturais diversos. Ainda faltam materiais adaptados e formação continuada”, afirma a professora Catarina, que atua em uma escola da zona oeste da capital.

Para dar conta dessa nova realidade, a Prefeitura de Boa Vista realizou, entre 2013 e 2023, a construção de 32 novas unidades escolares, incluindo Centros de Educação Infantil (Casas Mãe), escolas Proinfância e escolas de tempo integral. Também reformou 52 unidades escolares, ampliando a capacidade da rede em mais de 16 mil novas vagas, segundo dados da SMEC e do Portal da Transparência. O investimento total em infraestrutura educacional nos últimos anos superou R\$ 34 milhões.

Além da ampliação da rede física, o município vem promovendo capacitações específicas para docentes que atuam com crianças migrantes, indígenas e em situação de vulnerabilidade. Oficinas de formação intercultural, noções básicas de espanhol e dinâmicas de acolhimento têm sido incorporadas aos programas de desenvolvimento profissional, embora ainda de forma pontual e com limitações operacionais.

Um dos principais entraves relatados por professores e coordenadores pedagógicos é a barreira linguística. Muitas crianças venezuelanas ingressam na escola sem falar português, o que dificulta o acompanhamento do currículo, o relacionamento com colegas e a participação nas atividades escolares. Em



Professora Catarina



alguns casos, há também lacunas educacionais herdadas do processo migratório, com alunos que ficaram fora da escola por anos.

A ausência de professores bilíngues e materiais didáticos específicos ainda limita o processo de aprendizagem. Embora algumas escolas contem com intérpretes ou mediadores culturais — muitas vezes voluntários ou vinculados a organizações como o Acnur e a OIM — não há uma política municipal estruturada de educação bilíngue ou de educação intercultural, o que impacta a permanência e o desempenho desses estudantes.

Apesar desses desafios, há experiências exitosas. Escolas como a Escola Municipal Laucides Inácio de Oliveira, no bairro Nova Cidade, criaram espaços de convivência intercultural, com atividades que valorizam a cultura, a música e os saberes tradicionais dos países de origem dos alunos. A celebração do Dia do Migrante, oficinas de culinária e rodas de conversa sobre identidade cultural são algumas das práticas que têm contribuído para a inclusão e o fortalecimento da autoestima desses estudantes.

Outro fator que merece destaque é o impacto da presença migrante na formação de novas lideranças estudantis e no enriquecimento da vida escolar. Na escola, alunos venezuelanos já atuam como representantes de turma, organizadores de eventos culturais e monitores de leitura, muitas vezes auxiliando colegas brasileiros a aprender palavras em espanhol. Essa troca tem contribuído para a construção de um ambiente mais plural, empático e cooperativo.

No entanto, especialistas alertam que a permanência dos bons indicadores educacionais dependerá da capacidade do município em responder de forma sistêmica à diversidade em sala de aula. Para a pesquisadora Márcia Galvão, que estuda políticas educacionais e migração na Amazônia, o risco é o esgotamento da rede pública diante da demanda crescente:

“A rede municipal de Boa Vista tem feito um esforço notável, mas é preciso uma política intersetorial, com apoio federal, formação continuada dos professores, materiais didáticos adequados e estrutura para atender às especificidades linguísticas e culturais dos alunos migrantes”, pontuou.

Além da população migrante, Boa Vista também abriga uma diversidade de povos indígenas, muitos deles em processo de migração interna do interior do estado para a capital. Crianças das etnias Macuxi, Wapichana, Yanomami, Ingarikó e Taurepang frequentam escolas públicas urbanas, reforçando a necessidade de uma pedagogia que valorize o conhecimento tradicional e promova o respeito às culturas originárias



# ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO SÃO FORÇA ESTRATÉGICA DA ECONOMIA RORAIMENSE

ALC DE BOA VISTA E BONFIM SE CONSOLIDA COMO EIXO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, COM BENEFÍCIOS FISCAIS E PAPEL CRESCENTE NA ECONOMIA DE RORAIMA

IMAGEM ARQUIVO PIM

**E**M UM CENÁRIO DE RECONFIGURAÇÃO ECONÔMICA E BUSCA POR DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL, A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE BOA VISTA E BONFIM (ALCBV) DESPONTA COMO UMA ENGRENAGEM ESSENCIAL NA DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA DE RORAIMA. Criada pela Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, e implementada em 2008, a área opera sob a lógica de estímulo ao comércio e à indústria por meio de isenções fiscais e apoio institucional, um mecanismo que reforça as relações com os países vizinhos, como Venezuela e Guiana, e posiciona Roraima como ponte estratégica da Amazônia com a América Latina.

Inspirada nos princípios da integração econômica descritos por Paul Krugman e Maurice Obstfeld na obra “Economia Internacional: Teoria e Política”, a ALC funciona como uma zona aduaneira especial com isenção de impostos federais para produtos nacionais e importados, voltada ao abastecimento do mercado local.

As áreas são alternativas similares à Zona Franca de Manaus (ZFM), porém com estruturas menos complexas. Elas exercem papel complementar de alto impacto, sobretudo em estados fronteiriços e de menor densidade industrial. Em Boa Vista, a atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) tem sido decisiva na consolidação de um ambiente de negócios mais competitivo.





SOMENTE EM  
2024, A ALCBV  
MOVIMENTOU  
CERCA DE R\$  
5,37 BILHÕES EM  
MERCADORIAS  
BENEFICIADAS  
COM INCENTIVOS  
FISCAIS

Somente em 2024, a ALCBV movimentou cerca de R\$ 5,37 bilhões em mercadorias beneficiadas com incentivos fiscais, de acordo com dados oficiais da Suframa. Esse valor representa 93,09% de todo o internamento de mercadorias em Roraima no ano, consolidando a área como o principal motor da atividade comercial no estado. O resultado também mostra um avanço significativo em relação a 2023, quando o total movimentado foi de aproximadamente R\$ 4,05 bilhões.

Inicialmente, as unidades foram implantadas nos municípios de Pacaraima e Bonfim, devido à sua localização estratégica nas fronteiras com Santa Elena de Uairén, na Venezuela, e Lethem, na Guiana, respectivamente. No entanto, com a publicação do Decreto nº 6.614, de 23 de outubro de 2008, houve, na prática, uma transferência da área aduaneira de Pacaraima para a capital, Boa Vista, motivada por limitações geográficas: cerca de 66% do território de Pacaraima – o correspondente a 8.063,90 km<sup>2</sup> dos 12.098,5 km<sup>2</sup> totais – está situado dentro da Terra Indígena São Marcos, o que inviabilizava sua plena utilização econômica.

“As ALCs foram idealizadas para promover o desenvolvimento da região por meio da viabilização de produtos nacionais e estrangeiros a um preço mais acessível, com isenção de impostos, para impulsionar as vendas e, consequentemente, aumentar a geração de emprego e renda. No caso de Roraima, essa limitação geográfica restringia e afetava o crescimento das atividades da ALC no estado”, explica Jandirocy Teixeira Bispo, coordenador da ALC de Boa Vista e Bonfim. Com a alteração, o regime especial passou a abranger uma área total de 426.900,36 hectares em Boa Vista, consolidando a ALCBV como um importante vetor econômico.

Um estudo técnico realizado pela Federação do Comércio do Estado de Roraima (Fecomércio-RR) em 2021, com base em dados do Valor Agregado Bruto (VAB) do comércio no PIB estadual, apontou que a criação da ALC em Boa Vista e Bonfim impulsionou significativamente o setor de comércio e serviços em Roraima. Antes da implantação dessas áreas, o comércio local registrava um crescimento real médio anual de 5,5%. Após a vigência do novo regime, esse índice subiu para 6,1% ao ano, no período entre 2009 e 2018.

Mais do que isso, o desempenho do setor comercial superou a média de crescimento das demais atividades econômicas do estado, que ficou em 3,7% ao ano. A participação do comércio no PIB, que era de 10,7% até 2008, subiu para mais de 13% nos anos seguintes. Ainda segundo a Fecomércio-RR, esse avanço equivale a um acréscimo médio anual de R\$ 260 milhões na geração de riqueza em Roraima.'

Dados da Suframa indicam que Roraima possui atualmente 4.567 empresas beneficiadas por incentivos federais. Desse total, mais de duas mil atuam exclusivamente no comércio varejista, enquanto outras se distribuem entre atacado, serviços, agroindústria e energia. A ALCBV representa um polo crescente dentro da Amazônia Ocidental, responsável por 9,5% do volume total de mercadorias comercializadas nas ALCs da região.

A operação da unidade é conduzida por uma equipe enxuta, composta por 15 servidores da Suframa, responsáveis por tarefas estratégicas. Entre suas funções estão a análise dos pedidos de cadastro das empresas no sistema da autarquia, o controle das mercadorias com incentivos fiscais que entram no estado, o acompanhamento de pendências cadastrais e, ainda, a fiscalização de itens específicos, com foco em prevenir fraudes e outras irregularidades. Esse trabalho garante o bom funcionamento do regime especial e resguarda o modelo de incentivos contra possíveis desvios. ▶



### EMPREENDIMENTOS QUE TRADUZEM A ALCBV

Uma das empresas beneficiadas pela ALCBV é o supermercado Goiana, fundado em 2000, em Boa Vista. Sua atuação principal está voltada ao comércio varejista de mercadorias em geral, com foco em alimentos, padaria, confeitaria, hortifrúti, carnes e eletrodomésticos, atuando em múltiplos CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) que incluem até fabricação própria de panificação e comércio atacadista. Atualmente, a companhia conta com 1.500 funcionários em suas nove filiais.

No Portal da Transparência da União, o Supermercado Goiana aparece classificado como "favorecido por renúncias fiscais", o que indica que a empresa é contemplada por benefícios tributários concedidos no âmbito da ALCBV. Esses incentivos podem incluir isenção ou suspensão de tributos federais, como o Imposto de Importação (II), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o PIS/Pasep e a Cofins, conforme o tipo de mercadoria e operação realizada. O acesso a esses benefícios está vinculado ao cadastro na Suframa e à observância das normas específicas do regime especial.

A contadora da rede, Neide Miranda, explica que o Supermercado Goiana aproveita incentivos fiscais voltados principalmente ao PIS/Cofins (tributos federais) e ao ICMS (tributo estadual), o que ajuda a compensar parte dos custos logísticos e manter os preços mais acessíveis ao consumidor. "Os incentivos nos permitem maior fôlego financeiro e possibilitam práticas mais responsáveis no mercado. É uma engrenagem que estimula planejamento, investimento e estabilidade", contou.

Esses incentivos são estruturados para tornar viável a operação de empresas de varejo na Amazônia Ocidental, reduzindo custos logísticos e tributários por conta da distância dos grandes centros consumidores. No caso do Goiana, isso contribui diretamente para manter preços competitivos e estimular maior inserção econômica dentro dos bairros de Boa Vista, além de favorecer outras cadeias locais – como fornecedores regionais de hortifrutigranjeiros e padarias – e reforçar o consumo doméstico regional.



“OS INCENTIVOS NOS  
PERMITEM MAIOR FÔLEGO  
FINANCEIRO E POSSIBILITAM  
PRÁTICAS MAIS  
RESPONSÁVEIS NO MERCADO.  
É UMA ENGENHARIA QUE  
ESTIMULA PLANEJAMENTO,  
INVESTIMENTO E  
ESTABILIDADE”

Neide Miranda - Contadora do  
Supermercado Goiana

Outro grande exemplo, no contexto de incentivos fiscais em Boa Vista, é o grupo Agroindustrial Serra Verde. A companhia, fundada em 2021, se estabeleceu em uma área de 300 mil metros quadrados às margens da BR-174, com investimento inicial de cerca de R\$ 150 milhões. A empresa atua como usina agroindustrial de soja, dotada de moderna infraestrutura com capacidade de esmagar até 1.000 toneladas de soja por dia e refinar 250 toneladas de óleo diariamente – o que equivale a cerca de 2 milhões de litros de óleo produzidos por dia –, além de gerar 770 toneladas de farelo diário e estocar até 9.000 toneladas de farelo. Essa estrutura soma ainda um grande complexo de armazenagem, com capacidade estática de 72 mil toneladas, movimentando até 3.500 toneladas por dia na safra.

Beneficiada pelo regime fiscal da ALCBV, a Agroindustrial Serra Verde mobiliza atualmente 200 empregos diretos e cerca de 3.500 empregos indiretos, em função de sua cadeia produtiva e parcerias com agricultores locais, inclusive da agricultura familiar. A empresa não só abastece o mercado interno, incluindo Roraima e Amazonas, como também exporta farelo de soja para países do Caribe e Guiana, contribuindo diretamente para a geração de renda, incremento de produção agrícola local e integração regional.

A implantação da Agroindustrial Serra Verde foi viabilizada com o apoio dos incentivos fiscais concedidos pela Suframa. A empresa passou a operar oficialmente com o benefício a partir de março de 2023, após publicação da portaria de habilitação no Diário Oficial da União. Entre as vantagens concedidas, estão a isenção de IPI e Imposto de Importação para máquinas e equipamentos industriais, além de redução de tributos federais como PIS e Cofins, o que permitiu a instalação de um parque fabril de grande porte com menor custo de implantação.

A Serra Verde também integra as estatísticas da Suframa como uma das principais empresas cadastradas no regime especial em Roraima, reforçando a presença da indústria de transformação no estado, setor que, até então, tinha baixa participação no Produto Interno Bruto (PIB) local. ▶



### **LOGÍSTICA É UM DESAFIO AO AVANÇO DAS EMPRESAS**

Apesar dos incentivos fiscais proporcionados pela ALCBV, um dos principais entraves ao pleno desenvolvimento das empresas instaladas na região ainda está relacionado à precariedade da infraestrutura logística. As dificuldades no transporte de mercadorias, especialmente em um estado com limitações viárias severas, acabam neutralizando parte das vantagens fiscais oferecidas pelo regime.

Para empresas do varejo, como o Supermercado Goiana, que depende de uma cadeia de abastecimento constante para manter suas nove lojas ativas na capital, os obstáculos são sentidos diariamente. “O aumento do combustível impacta diretamente o custo da mercadoria. A demora na entrega, com rotas longas e pouco otimizadas, acaba refletindo no preço final ao consumidor”, explicou Neide Miranda.

Segundo ela, mesmo com o benefício tributário, o transporte rodoviário continua sendo o modal mais utilizado, o que deixa as empresas vulneráveis à volatilidade dos preços do diesel e à precariedade das estradas que ligam Boa Vista a Manaus ou ao restante do país. “Não adianta ter isenção se o produto chega com custo elevado por causa do frete. Muitas vezes, o consumidor nem percebe que está pagando mais pela logística do que pelo item em si”, afirmou a contadora.

No setor industrial, o cenário não é diferente. A Agroindustrial Serra Verde também enfrenta desafios estruturais para manter sua competitividade nos mercados interno e externo. O sócio-diretor da empresa, Felipe Castro, aponta que a falta de fluidez nos corredores logísticos e as dificuldades nos processos aduaneiros prejudicam o escoamento da produção. “É preciso melhorar as condições de transporte e a estrutura de fiscalização nas fronteiras para agilizar os processos de exportação. Transformamos a matéria-prima local em produto final dentro do estado. Isso muda toda a lógica econômica da exportação”, argumentou.

Para ele, a localização de Roraima, com acesso direto à Guiana e à Venezuela, representa uma vantagem estratégica que ainda não é plenamente aproveitada devido à burocracia e à ausência de uma política logística integrada. “O que hoje é um diferencial poderia se tornar um vetor de desenvolvimento para o estado inteiro, se houvesse um planejamento mais efetivo nas aduanas e no sistema de transporte. Estamos prontos para produzir, mas o escoamento não acompanha a nossa capacidade”, completou Castro.

### **ATUAÇÃO POLÍTICA ASSEGURA BENEFÍCIOS FISCAIS**

A tramitação da Reforma Tributária no Congresso Nacional trouxe incertezas para os regimes diferenciados que operam na Amazônia, como é o caso da ALCBV. No texto original da proposta, não havia menção à continuidade dos incentivos fiscais que beneficiam diretamente empresas instaladas em Boa Vista e Bonfim. O cenário mobilizou a bancada federal do estado, que atuou de forma decisiva na inclusão de emendas que garantissem a permanência desses benefícios.

O senador Dr. Hiran Gonçalves (Progressistas-RR), que participou ativamente das negociações, destaca que o maior desafio foi assegurar, no novo regime tributário, as especificidades regionais de estados como Roraima. “Conseguimos aprovar emendas de nossa autoria que asseguram a continuidade dos benefícios no decorrer do novo regime tributário. Isso é fundamental para garantir segurança jurídica e previsibilidade para quem investe aqui”, afirmou. Para ele, o papel do Parlamento foi crucial diante do vácuo deixado pelo Executivo. “O trabalho parlamentar é fundamental para preservar essas vantagens e evitar perdas que poderiam impactar negativamente o desenvolvimento econômico do estado”, acrescentou.

Além de preservar os incentivos, os parlamentares também conquistaram novos avanços. A legislação aprovada incluiu a isenção do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para a importação de bens de capital destinados à atividade industrial nas ALCs. Outro ponto garantido foi a possibilidade de as empresas utilizarem créditos presumidos por um período de até cinco anos, o que fortalece o planejamento empresarial de longo prazo e amplia a competitividade das empresas locais.

O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) também foi um dos protagonistas nessa articulação política e criticou duramente a falta de ação do Governo Federal na defesa da região. “O Governo Federal não adotou medidas concretas para fortalecer a Área de Livre Comércio de Boa Vista nem para reduzir as desigualdades regionais, especialmente em relação à Região Norte”, pontuou. Segundo ele, foi justamente essa omissão que impulsionou a atuação mais firme no Senado.

“Lutei intensamente no Congresso e consegui garantir, por meio de emendas que hoje fazem parte da Constituição, a manutenção dos benefícios fiscais das ALCs de Boa Vista e Bonfim. Isso assegura a Roraima uma competitividade semelhante à da Zona Franca de Manaus e fortalece diretamente a nossa economia”, reforçou Mecias. em 2050. “Agora, temos mais 23 anos de estabilidade jurídica, o que dá fôlego para atrair investimentos e garantir a continuidade dessas áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado”, acrescentou.

As vitórias legislativas garantidas durante a tramitação da Reforma Tributária marcam um momento de respiro para o setor produtivo de Roraima, que depende dos incentivos fiscais para competir com praças mais industrializadas e próximas dos grandes centros consumidores. Contudo, os senadores reconhecem que o trabalho não se encerra com a aprovação do texto. “O desafio agora é garantir que a implementação da nova legislação não comprometa a competitividade, a segurança jurídica e os benefícios que sustentam o desenvolvimento de Roraima”, ressaltou o senador Mecias. ▶



SENADOR DR. HIRAN GONÇALVES



SENADOR MECIAS DE JESUS


## EXPANSÃO

ENQUANTO ISSO, O DEBATE SOBRE A EXPANSÃO DA ALCBV PARA O MUNICÍPIO DE PACARAIMA SEGUE AVANÇANDO NO CONGRESSO NACIONAL. O PROJETO DE AUTORIA DO SENADOR MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS-RR) JÁ FOI APROVADO NO SENADO FEDERAL E AGUARDA AGORA ANÁLISE E VOTAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. A PROPOSTA VISA INCLUIR OFICIALMENTE PACARAIMA NO PERÍMETRO DA ALC, O QUE PERMITIRIA ÀS EMPRESAS INSTALADAS NO MUNICÍPIO ACESSAR OS MESMOS BENEFÍCIOS FISCAIS HOJE CONCEDIDOS EM BOA VISTA E BONFIM, COMO ISENÇÕES DE IPI, PIS/COFINS E IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PARA MERCADORIAS DESTINADAS À COMERCIALIZAÇÃO OU USO INDUSTRIAL.

PARA O PARLAMENTAR, A MEDIDA É ESTRATÉGICA PARA IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO FRONTEIRIÇA E AMPLIAR A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DE RORAIMA COM PAÍSES VIZINHOS. “A EXPANSÃO DA ALC PARA PACARAIMA É FUNDAMENTAL PARA O FORTALECIMENTO DA NOSSA ECONOMIA DE FRONTEIRA E PARA LEVAR DESENVOLVIMENTO TAMBÉM À REGIÃO NORTE DO ESTADO”, ENFATIZA MECIAS. O SENADOR REFORÇA QUE A PROPOSTA GANHA AINDA MAIS RELEVÂNCIA DIANTE DO CRESCIMENTO DO FLUXO DE COMÉRCIO E CIRCULAÇÃO DE PESSOAS NA FRONTEIRA COM A VENEZUELA, ESPECIALMENTE EM SANTA ELENA DE UAIRÉN. SEGUNDO ELE, AO ESTENDER O REGIME ESPECIAL PARA PACARAIMA, SERÁ POSSÍVEL ESTIMULAR NOVOS INVESTIMENTOS, GERAR EMPREGOS E CRIAR UM CORREDOR COMERCIAL MAIS ESTRUTURADO, APROVEITANDO A VOCAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO.







# CRESCIMENTO SUPERIOR A 15% NO VOLUME DE MOTOCICLETAS PRODUZIDAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025 ATRAI NOVOS INVESTIDORES PARA A ZFM

COM MAIS DE 1 MILHÃO DE UNIDADES FABRICADAS ENTRE JANEIRO E JUNHO, O SETOR DE DUAS RODAS BATE RECORDE, ATRAI NOVAS FÁBRICAS E CONSOLIDA PROTAGONISMO NA ECONOMIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

POR MARGARIDA GALVÃO

IMAGEM ARQUIVO BALPONTE



SEGMENTO DE DUAS RODAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS (PIM), QUE TEM COMO CARRO-CHEFE A FABRICAÇÃO DE MOTOCICLETAS, COMERCIALIZADAS NO PAÍS E NO EXTERIOR, COMEMORA A BOA PERFORMANCE OBTIDA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025, com 1.000.749 unidades produzidas, um volume 15,3% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. A projeção dos fabricantes é de que a produção de motocicletas alcance 1.880.000 até o final do ano, um crescimento de 7,5% em relação a 2024.

De acordo com a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), além de ser o terceiro melhor resultado semestral da indústria de duas rodas, esse foi o melhor desempenho para os primeiros seis meses do ano nos últimos 14 anos. No mês de junho, saíram das linhas de produção das fabricantes do PIM 154.113 unidades do produto, o que representa um crescimento de 45% em relação ao mesmo mês do ano passado e queda de 10,7% quando comparado ao último mês de maio.

O presidente da Abraciclo, Marcos Bento, avalia que esses números refletem o ritmo acelerado de produção adotado pela indústria. Segundo o dirigente, o setor segue operando em plena capacidade para atender à demanda consistente do mercado, tanto para uso como meio de transporte quanto como ferramenta de trabalho para milhões de brasileiros. “As boas expectativas da indústria seguem para o segundo semestre, mas é preciso atenção diante do cenário macroeconômico, especialmente em relação aos juros e à inflação”, alerta.



### MERCADO ROBUSTO

Na avaliação do superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Bosco Saraiva, o resultado do primeiro semestre de 2025 mostra um mercado de motocicletas robusto e em crescimento no Brasil, impulsionado pela necessidade de mobilidade urbana, serviços de entrega e a constante evolução da oferta de modelos no Polo Industrial de Manaus, que oferece produtos acessíveis e cada vez mais tecnológicos.

De acordo com o superintendente, a forte expansão do segmento é reflexo da elevação da produção no PIM e das vendas no varejo, que resultaram em um crescimento nominal de 21,5% no faturamento das empresas no período de janeiro a abril em relação ao mesmo período do ano anterior, e que posicionaram o setor na segunda colocação em representatividade no faturamento global do PIM. “Atualmente, são cerca de 40 empresas pertencentes ao Polo de Duas Rodas do PIM”, assinala.

O crescimento gradativo do segmento de duas rodas continua atraindo investidores, interessados em montar unidades fabris no PIM, sob o guarda-chuva de incentivos fiscais oferecidos pelo modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), criado para promover o desenvolvimento econômico da região amazônica, oferecendo benefícios como isenções e reduções de impostos, atraindo empresas e gerando empregos.

A CICLO CAIRU SE PREPARA PARA INSTALAR A PRIMEIRA FÁBRICA DE PNEUS PARA BICICLETA E MOTO NO PIM A PARTIR DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026. EM AGOSTO, A EMPRESA COMPLETA 40 ANOS DE EXISTÊNCIA, RESPONDENDO POR 2,5 MIL POSTOS DE TRABALHO



Em relação a novos investimentos, a Ciclo Cairu anunciou durante sua participação na Eletrolar Show 2025, que aconteceu no Distrito Anhembi, em São Paulo, no mês de junho, o seu interesse em realizar investimentos na ZFM. A empresa se prepara para instalar a primeira fábrica de pneus para bicicleta e moto no PIM a partir do primeiro semestre de 2026. Sediada em Pimenta Bueno, Rondônia, a empresa atua na produção de peças e acessórios para bicicletas e em agosto completa 40 anos de existência, respondendo por 2,5 mil postos de trabalho.

A justificativa da empresa para a instalação na capital amazonense é atribuída à necessidade do próprio mercado local, de acordo com o gerente de televendas do grupo, presente na Eletrolar Show, Marlon Furlan. Nas palavras do representante: “existe essa necessidade no mercado e, dessa forma, nosso processo de implantação está bem adiantado. Acreditamos que daremos início à produção lá para meados do primeiro semestre de 2026. A gente já tem esses produtos (pneus para bicicleta e motocicletas) disponíveis para venda”, informou.

## MOTOCICLETAS ELÉTRICAS

Outra empresa do segmento de duas rodas que está interessada em instalar unidade fabril no PIM é a Hero MotoCorp, considerada uma das maiores fabricantes de motocicletas do mundo em volume de vendas. O projeto, em tramitação na Suframa desde meados de maio deste ano, foi apresentado pela coordenadora da área de consultoria e projetos da DDL Associados, Karine Atala Frota, com a proposta de produção de motocicletas tanto elétricas quanto à combustão.

Por ocasião da apresentação do projeto na Suframa, Frota ressaltou que a iniciativa tem como foco a construção de uma unidade industrial no PIM dedicada à montagem de motos no modelo CKD (Completely Knock Down), em que peças irão chegar prontas da Índia, para montagem em Manaus.

Com base em informações mostradas por reportagem da Suframa, em 2024, a Hero MotoCorp anunciou seus planos sobre o mercado brasileiro aos acionistas – representantes da marca indiana – quando estiveram reunidos com autoridades da ZFM. O grupo é líder absoluto no segmento na Índia e busca agora expandir sua presença na América Latina por meio do mercado brasileiro.

Ao comentar sobre os novos empreendimentos do segmento de duas rodas interessados em vir para

o PIM, o superintendente da Suframa, Bosco Saraiva, disse que tanto o interesse da Cairu, na Zona Franca de Manaus, e de outras montadoras que pretendem se instalar aqui é um reflexo claro da elevação da demanda por componentes e do grau de complexidade da cadeia de suprimentos do Polo de Duas Rodas, que tem um dos maiores índices de componentes nacionais do Polo Industrial de Manaus.

No que se refere à instalação de novas fabricantes de motocicletas, a exemplo da Hero MotoCorp, Saraiva apontou que, sendo aprovado, o projeto deve gerar um volume expressivo de empregos diretos e indiretos na região, reforçando o papel estratégico da ZFM no desenvolvimento industrial da Amazônia e na atração de investimentos internacionais.

Otimista, o presidente Marcos Bento destaca que a indústria de duas rodas está atenta às atuais demandas do mercado e que os investimentos das fabricantes nas

linhas de produção são contínuos, com a adoção dos mais avançados recursos tecnológicos, sempre com o objetivo de oferecer produtos de qualidade e com alto valor agregado. “O mercado segue aquecido, com diversos lançamentos, oferecendo ao consumidor produtos cada vez mais modernos, versáteis e tecnológicos”, sintetiza.

## A HERO MOTOCORP TEM COMO FOCO A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL NO PIM DEDICADA À MONTAGEM DE MOTOS NO MODELO CKD, EM QUE PEÇAS IRÃO CHEGAR PRONTAS DA ÍNDIA, PARA MONTAGEM EM MANAUS



SUPERINTENDENTE DA SUFRAMA,  
BOSCO SARAIVA



### INOVAÇÃO VERSUS QUALIDADE

Dentre as fabricantes de motocicletas do PIM, se destaca a Yamaha Motor Amazônia, um complexo industrial instalado em 1985 no PIM, que hoje compõe uma área construída de 125 mil metros quadrados. Em outubro de 2024 a fabricante comemorou um marco histórico em sua trajetória: a produção da moto de número 5 milhões, resultado da dedicação e a paixão que a Yamaha coloca em cada modelo fabricado, marcado pela inovação, qualidade e desempenho.

Por meio do porta-voz Rafael Lourenço, gerente de relações institucionais e comunicação, a Yamaha afirma ter atingido as metas mensais de produção neste primeiro semestre de 2025 e o volume de produção tem acompanhado a demanda por motocicletas, com aumento no número de emplacamentos, quando comparado ao ano anterior. “Os números de produção e vendas estão dentro do projetado pela empresa. A expectativa para 2025 é manter o nível de crescimento de forma sólida e sustentável, proporcional ao crescimento do mercado”, pontua.

Responsável pela geração de aproximadamente 4.500 empregos diretos e indiretos no seu complexo industrial na Zona Franca de Manaus, a Yamaha fabrica motocicletas de alta, média e baixa cilindrada, nos mais diversos estilos, como scooter, street, trail, esportiva e racing. Em 2025, a Yamaha traz diversos novos modelos ao mercado, como a NEO's Connected, sua primeira motocicleta elétrica fabricada no Brasil e a Fluo ABS Hybrid Connected, a primeira motocicleta híbrida do país.

Em relação à clientela atendida pela marca, Lourenço aponta que a maior parte dos clientes utiliza motocicleta para deslocamento nos centros urbanos ou como ferramenta para o exercício da atividade profissional. “Segundo dados da Abraciclo, o principal segmento de motocicletas é Street, representando 51%. Além disso, 78% de todas as unidades comercializadas pelo setor duas rodas são motocicletas de baixa cilindrada (até 160cc)”, informa.





Quanto às perspectivas futuras da empresa no PIM, o gerente atesta que a empresa tem mantido o bom desempenho no mercado, com relação à produção e vendas. “Em termos de produção, neste início de 2025, a Yamaha tem atingido as metas mensais planejadas. A expectativa é fechar o semestre dentro das projeções de crescimento estabelecidas pela empresa”, conclui.

#### **COMBINAÇÃO DE FATORES**

Para o economista Farid Mendonça Júnior, que atua como assessor parlamentar no Senado Federal, o desempenho do segmento de duas rodas no Polo Industrial de Manaus, no primeiro semestre de 2025, confirma a resiliência e a relevância dessa cadeia produtiva para a economia regional e nacional. Segundo o especialista, a produção de mais de 1 milhão de motocicletas no período, com alta de 15,3% em relação ao mesmo período de 2024, representa não apenas um avanço expressivo, mas o melhor resultado semestral dos últimos 14 anos, consolidando o setor como um dos mais dinâmicos do PIM.

“Este crescimento é impulsionado por uma combinação de fatores: a recuperação da renda real da população nos últimos dois anos, a queda contínua do desemprego, e o papel das motocicletas como alternativa de mobilidade eficiente, sobretudo nas regiões periféricas e no interior do país. Além disso, o setor tem respondido bem às novas

demandas de consumo e inovação, com foco em eficiência energética, conectividade e veículos elétricos”, assinala o economista.

Do ponto de vista estrutural, Mendonça Júnior aponta que a competitividade da indústria de duas rodas está diretamente ligada aos incentivos fiscais da ZFM, que garantem condições atrativas de produção. “A segurança jurídica conferida pela prorrogação do modelo até 2073, inscrita na Constituição Federal, e a preservação do regime na nova reforma tributária (via CBS e IBS com tratamento favorecido) fortalecem a previsibilidade para investimentos de longo prazo e reforçam a confiança dos empresários no ambiente local”, garante.

Os novos investimentos por parte da Ciclo Cairu e da Hero MotoCorp, na visão do economista, devem ser interpretados como um sinal claro de confiança no modelo ZFM e na vitalidade econômica da região. “A intenção da Cairu de instalar a primeira fábrica de pneus para bicicletas e motos no PIM representa um avanço estratégico na verticalização da cadeia produtiva local, reduzindo a dependência de insumos importados ou vindos de outras regiões do Brasil e promovendo maior agregação de valor na Zona Franca”, destaca.

Já a possível instalação da gigante indiana Hero MotoCorp, no pensamento de Mendonça Júnior, marca um movimento de internacionalização industrial relevante para o Brasil e para o Amazonas. “A entrada de um player desse porte pode trazer efeitos positivos em diversos níveis: aumento da concorrência saudável, atração de novos fornecedores, introdução de tecnologias mais avançadas e capacitação da mão de obra local”, sintetiza.



ECONOMISTA FARID MENDONÇA JÚNIOR

“O POLO DE DUAS RODAS SEGUE COMO UM MOTOR DA ECONOMIA AMAZONENSE, GERANDO MILHARES DE EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS, E SENDO UM EXEMPLO DE COMO POLÍTICA INDUSTRIAL, INCENTIVOS FISCAIS E ESTABILIDADE REGULATÓRIA PODEM PROMOVER DESENVOLVIMENTO REGIONAL”

ECONOMISTA FARID MENDONÇA JÚNIOR



O especialista aponta ainda que esses investimentos só são viáveis graças à robustez institucional do modelo ZFM, à estabilidade normativa garantida até 2073, e ao alinhamento recente com o novo sistema tributário nacional, que protege os incentivos regionais. Além disso, segundo o economista, o atual momento macroeconômico – com consumo em alta e geração de empregos em expansão – cria o ambiente ideal para a expansão industrial e para decisões de médio e longo prazo.

“O Polo de Duas Rodas segue como um motor da economia amazonense, gerando milhares de empregos diretos e indiretos, e sendo um exemplo de como política industrial, incentivos fiscais e estabilidade regulatória podem promover desenvolvimento regional”, finaliza Mendonça Júnior.



### DESEMPENHO DO VAREJO

As vendas no varejo registraram o melhor desempenho da história tanto para um primeiro semestre quanto para o mês de junho. Nos seis primeiros meses do ano, foram emplacadas 1.029.546 motocicletas, o que representa uma alta de 10,3% em comparação com o mesmo período do ano passado.

Em junho, os emplacamentos totalizaram 179.407 unidades, alta de 8,2% na comparação com o mesmo mês do ano passado e retração de 7,2% em relação a maio. Com 20 dias úteis, a média diária de vendas foi de 8.970 motocicletas. A estimativa da Abraciclo é que sejam emplacadas 2.020.000 motocicletas em 2025, alta de 7,7% em relação ao ano passado.

### EXPORTAÇÕES AQUECIDAS

Assim como a produção e o varejo, as exportações também apresentaram resultado positivo no primeiro semestre. De janeiro a junho, foram embarcadas 18.611 unidades, alta de 18,5% na comparação com o mesmo período de 2024. No sexto mês do ano, foram exportadas 3.065 motocicletas, volume 39,1% superior ao registrado em junho de 2024 e 9,3% inferior na comparação com maio. Segundo previsão da Abraciclo, as exportações deverão crescer 13% e somar 35.000 unidades em 2025.

Ainda de acordo com a Abraciclo, a fabricação nacional de motocicletas, quase totalmente concentrada no Polo Industrial de Manaus, está entre as seis maiores do mundo. No segmento de bicicletas, com as principais fábricas também instaladas no PIM, o Brasil se encontra na quarta posição entre os principais produtores mundiais. No total, as fabricantes do Setor de Duas Rodas geram 18,7 mil empregos diretos em Manaus e mais de 150 mil em todo o Brasil.

DE JANEIRO A JUNHO,  
FORAM EMBARCADAS  
18.611 UNIDADES,  
ALTA DE 18,5% NA  
COMPARAÇÃO COM O  
MESMO PERÍODO DE  
2024



2  
211.660 unidades

1  
509.995  
unidades

3  
136.600 unidades

### MAIS VENDIDAS

Dados levantados pela Abraciclo apontam que a Street liderou o ranking de produção do primeiro semestre. De janeiro a junho, 509.995 unidades saíram das linhas de montagem do PIM (51% do volume total fabricado). Em segundo lugar, ficou a Trail (211.660 motocicletas e 21,2% da produção), seguida pela Motoneta (136.600 unidades e 13,6%).



## Jorge Nascimento Júnior

Presidente executivo da Eletros (Associação Nacional dos fabricantes de Eletrodomésticos)

# CONCORRÊNCIA DESLEAL, UM RISCO REAL PARA A INDÚSTRIA, PARA O ESTADO E PARA O CONSUMIDOR

A concorrência desleal se consolidou como uma das principais ameaças ao ambiente de negócios no Brasil. Produtos nacionais e importados têm sido comercializados sem atender às normas técnicas, fiscais e regulatórias, gerando desequilíbrio no mercado, enfraquecendo a indústria formal e colocando em risco a segurança do consumidor.

A presença crescente de itens sem certificações obrigatórias, com selos falsificados ou totalmente fora dos padrões compromete a conformidade técnica, elimina garantias legais, fragiliza a arrecadação e prejudica empresas que atuam de forma responsável. Esse cenário corrói a confiança no sistema regulatório e afeta diretamente a competitividade da indústria brasileira.

A Eletros, Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, atua de maneira permanente e articulada junto a órgãos como Anatel, Inmetro, Ibama, Receita Federal e Vigilância Sanitária. Com abordagem técnica e propositiva, contribui com diagnósticos e propostas voltadas à construção de um ambiente regulatório mais seguro, íntegro e competitivo. Nosso objetivo é fortalecer a indústria nacional e combater práticas que promovam vantagens ilícitas no mercado.

Em março, o Inmetro executou a Operação Mês do Consumidor, entre os dias 10 e 19, com foco em itens essenciais à segurança e ao consumo cotidiano. Foram fiscalizados mais de 112 mil produtos em 6.340 estabelecimentos de 188 municípios. O resultado somou 2.580 produtos com algum tipo de irregularidade e 382 autos de infração aplicados, em função de falhas técnicas ou ausência de certificação. As multas variaram conforme a gravidade das infrações, com valores entre R\$ 100 e R\$ 1,5 milhão.

Em maio, a Anatel desencadeou duas ações de grande escala contra a comercialização de eletrônicos

não homologados. Uma operação nacional lacrou 3.300 produtos irregulares em centros de distribuição em seis estados.

Outra, realizada em Camaçari (BA), bloqueou 56 mil unidades, avaliadas em R\$ 70 milhões. As irregularidades incluíam uso indevido de números de homologação, certificações vencidas ou suspensas e equipamentos ainda em análise técnica. As iniciativas integram o Plano de Ação de Combate à Pirataria, com apoio de servidores de cinco estados.

Em junho, foi a vez da Receita Federal intensificar o controle de fronteiras. No Porto do Rio de Janeiro, agentes apreenderam 140 mil dispositivos falsificados, avaliados em R\$ 10 milhões. Pouco antes, em Sobral (CE), a Receita coordenou a apreensão de R\$ 5 milhões em produtos sem certificação da Anatel, como celulares e caixas de som.

Essas operações mostram que o enfrentamento à

informalidade e às práticas ilegais só avança com fiscalização rigorosa e ação institucional coordenada. A Eletros segue contribuindo com firmeza nesse esforço, em defesa da conformidade técnica, da justiça tributária e da integridade do consumo formal no país.

A concorrência desleal não é um problema pontual, nem restrito ao setor eletroeletrônico. Ela representa uma ameaça sistêmica para empregos, arrecadação e segurança da população. O Brasil dispõe de marcos legais sólidos e bem estruturados. O desafio está na aplicação efetiva da lei e na garantia de igualdade entre os agentes do mercado.

É por esse ambiente mais justo, seguro e competitivo que a Eletros continua mobilizada ao lado de suas associadas, empresas essas que respeitam as regras e investem na produção responsável no país.

O INMETRO EXECUTOU  
A OPERAÇÃO MÊS DO  
CONSUMIDOR, COM FOCO  
EM ITENS ESSENCIAIS  
À SEGURANÇA E AO  
CONSUMO COTIDIANO.

# VOCÊ JÁ COMPARTILHOU NOTÍCIA FALSA?

Você sabe de onde vêm as notícias que recebe? Checa as informações? Antes de compartilhar notícias você consulta se foram publicadas em uma mídia clássica? Disfarçadas, com linguagem alarmante e sem apuração jornalística, elas estão influenciando leitores que não conseguem identificar o que é verdadeiro e o que é falso. Não compartilhe informações sem checar a fonte! Com conteúdo comprovadamente consistente, as revistas produzem reportagens seguras e confiáveis, seja na versão impressa, on-line, no celular ou em vídeo.

**REVISTAS**  
Eu acredito!

# Tudo em um só Lugar!



- ⚡ Elétrica
- 🔧 Máquinas
- 🔩 Correias
- 🎨 Tintas
- 🛡️ Proteção
- 🔨 Construção
- 🧹 Limpeza
- 🏠 Casa&UD
- 🔪 Ferramentas
- 🔩 Marcenaria
- 🚢 Navegação



JAPIIM

C. NOVA

CENTRO

PARQUE 10